

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	18
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	84
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	85
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.211.160
Preferenciais	0
Total	29.211.160
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	564.629	588.805
1.01	Ativo Circulante	152.583	140.124
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.166	1.098
1.01.03	Contas a Receber	42.896	34.914
1.01.03.01	Clientes	23.173	15.301
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.723	19.613
1.01.04	Estoques	32.361	30.745
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.087	37.564
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	37.087	37.564
1.01.07	Despesas Antecipadas	791	242
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.282	35.561
1.01.08.03	Outros	37.282	35.561
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	2.002	1.763
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	32.044	30.562
1.01.08.03.04	Ativos classificados como mantidos para venda	3.236	3.236
1.02	Ativo Não Circulante	412.046	448.681
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.810	19.230
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	13.579	15.983
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	13.579	15.983
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.231	3.247
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.900	1.915
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	1.123	1.124
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	163	163
1.02.01.10.06	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	44	44
1.02.01.10.08	Outros Créditos	1	1
1.02.02	Investimentos	307.424	341.227
1.02.02.01	Participações Societárias	307.424	341.227
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	307.424	341.227
1.02.03	Imobilizado	24.324	24.471
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.104	23.504
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.220	967
1.02.04	Intangível	63.488	63.753
1.02.04.01	Intangíveis	63.488	63.753
1.02.04.01.02	Softwares e Outras Licenças	855	1.037
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	1.154	1.237
1.02.04.01.04	Goodwill	61.479	61.479

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	564.629	588.805
2.01	Passivo Circulante	92.585	77.938
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.289	3.731
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.289	3.731
2.01.02	Fornecedores	14.103	8.795
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.539	8.748
2.01.02.01.01	Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	365	365
2.01.02.01.02	Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	5.150	4.759
2.01.02.01.03	Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	8.024	3.624
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	564	47
2.01.02.02.02	Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	564	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.016	11.032
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.876	10.876
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	10.876	10.876
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	116	129
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	24	27
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	22.837	17.375
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.837	17.375
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	21.623	16.161
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.214	1.214
2.01.05	Outras Obrigações	40.340	37.005
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	34.686	31.857
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	34.686	31.857
2.01.05.02	Outros	5.654	5.148
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	215	321
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	1.548	1.630
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.523	2.001
2.01.05.02.07	Provisão de Multas Contratuais	981	801
2.01.05.02.08	Obrigações e Provisões para Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	387	395
2.02	Passivo Não Circulante	339.335	365.796
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	59.035	57.813
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59.035	57.813
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59.035	57.813
2.02.02	Outras Obrigações	239.584	267.388
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	158.423	186.540
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	158.423	186.540
2.02.02.02	Outros	81.161	80.848
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	23.497	23.148
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	1.847	2.176
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais - Sujeitos à Recuperação Judicial	45.472	44.699
2.02.02.02.06	Fornecedores Estrangeiros - Sujeitos à Recuperação Judicial	10.345	10.825
2.02.03	Tributos Diferidos	31.594	31.945
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.594	31.945
2.02.04	Provisões	9.122	8.650
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.620	4.140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	758	758
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.874	2.885
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	988	497
2.02.04.02	Outras Provisões	4.502	4.510
2.02.04.02.05	Obrigações e Provisões de Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	4.502	4.510
2.03	Patrimônio Líquido	132.709	145.071
2.03.01	Capital Social Realizado	1.897.431	1.897.348
2.03.02	Reservas de Capital	139.795	139.795
2.03.02.07	Reserva e Transações de Capital	136.183	136.183
2.03.02.08	Reserva de Capital	3.612	3.612
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.081.827	-2.096.743
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	177.310	204.671

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.221	17.302
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-20.287	-12.596
3.03	Resultado Bruto	6.934	4.706
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.244	-27.755
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.365	-1.736
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.371	-3.615
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	273	5.870
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.963	-21.840
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.818	-6.434
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.310	-23.049
3.06	Resultado Financeiro	25.875	-19.953
3.06.01	Receitas Financeiras	34.265	3.075
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.251	20
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	32.014	3.055
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.390	-23.028
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.849	-3.827
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-2.541	-19.201
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.565	-43.002
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	351	238
3.08.02	Diferido	351	238
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.916	-42.764
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.916	-42.764
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,14863	-2,59165
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,14863	-2,59165

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	14.916	-42.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.361	37.855
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-27.361	37.855
4.03	Resultado Abrangente do Período	-12.445	-4.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-499	-33.664
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.242	691
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício das Operações	14.916	-42.764
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.071	1.138
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	7.818	6.434
6.01.01.06	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos	-19.198	14.898
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	0	4.463
6.01.01.11	Obsolescência de Estoques	0	-789
6.01.01.13	Perdas estimadas (Reversão) para Devedores Duvidosos	-23	-171
6.01.01.14	Perdas Efetivas com Devedores Duvidosos	21	386
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente	2.630	-107
6.01.01.16	Opções outorgadas e ajuste acumulado de conversão	7	17.203
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.741	-34.355
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.870	664
6.01.02.02	Estoques	-1.616	-514
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	127	-4.619
6.01.02.04	Outros Ativos	-2.255	-188
6.01.02.05	Fornecedores	2.694	547
6.01.02.06	Impostos a Recolher	-29	1.947
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	1.208	-32.192
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.039	-1.602
6.02.01	Integralização de Capital em Controladas	-1.374	-1.437
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-669	-144
6.02.03	Adição ao Intangível	0	-21
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	4	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.606	35.265
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	20.678	20.505
6.03.02	(Pagamento) Captação de empréstimos e financiamentos - Partes Relacionadas	-766	36.546
6.03.04	Aumento de Capital	83	1.240
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-16.389	-21.989
6.03.07	Debêntures Conversíveis em Ações	0	-1.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.068	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.098	161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.166	160

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.897.348	139.795	0	-2.096.743	204.671	145.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.897.348	139.795	0	-2.096.743	204.671	145.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	83	0	0	0	0	83
5.04.01	Aumentos de Capital	83	0	0	0	0	83
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.916	-27.361	-12.445
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.916	0	14.916
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.361	-27.361
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-27.361	-27.361
5.07	Saldos Finais	1.897.431	139.795	0	-2.081.827	177.310	132.709

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.893.163	139.789	0	-2.055.403	173.961	151.510
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.893.163	139.789	0	-2.055.403	173.961	151.510
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.240	0	0	0	0	1.240
5.04.01	Aumentos de Capital	1.240	0	0	0	0	1.240
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.764	37.855	-4.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.764	0	-42.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	37.855	37.855
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	37.855	37.855
5.07	Saldos Finais	1.894.403	139.789	0	-2.098.167	211.816	147.841

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	31.002	27.217
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.727	21.177
7.01.02	Outras Receitas	273	5.870
7.01.02.02	Outras Receitas	273	5.870
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2	170
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.905	-31.988
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.897	-6.976
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.045	-3.172
7.02.04	Outros	-3.963	-21.840
7.02.04.01	Perdas de capital sobre investimento	0	-17.197
7.02.04.02	Outras Despesas	-3.963	-4.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.097	-4.771
7.04	Retenções	-1.071	-1.138
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.071	-1.138
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.026	-5.909
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26.447	-3.359
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.818	-6.434
7.06.02	Receitas Financeiras	34.265	3.075
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.473	-9.268
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.473	-9.268
7.08.01	Pessoal	8.053	6.167
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.998	4.612
7.08.01.02	Benefícios	1.647	1.243
7.08.01.03	F.G.T.S.	408	312
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.031	4.239
7.08.02.01	Federais	2.175	2.166
7.08.02.02	Estaduais	1.774	2.052
7.08.02.03	Municipais	82	21
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.473	23.090
7.08.03.01	Juros	8.390	23.028
7.08.03.02	Aluguéis	83	62
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.916	-42.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.916	-42.764

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	501.571	503.026
1.01	Ativo Circulante	231.363	231.140
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.408	19.176
1.01.03	Contas a Receber	29.991	20.943
1.01.03.01	Clientes	29.991	20.943
1.01.04	Estoques	45.160	41.127
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.241	64.608
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.241	64.608
1.01.07	Despesas Antecipadas	857	278
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80.706	85.008
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	40.513	45.962
1.01.08.02.01	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	40.513	45.962
1.01.08.03	Outros	40.193	39.046
1.01.08.03.02	Adiantamento a fornecedores	5.323	5.669
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	34.870	33.377
1.02	Ativo Não Circulante	270.208	271.886
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.692	17.725
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.692	17.725
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	10.424	10.456
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	44	44
1.02.01.10.05	Tributos a Recuperar	1.132	1.133
1.02.01.10.06	Outras Contas a Receber	6.091	6.091
1.02.01.10.08	Outros Créditos	1	1
1.02.02	Investimentos	21.942	21.942
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	21.942	21.942
1.02.03	Imobilizado	146.098	147.474
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	144.169	146.141
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.929	1.333
1.02.04	Intangível	84.476	84.745
1.02.04.01	Intangíveis	2.310	2.579
1.02.04.01.02	Softwares e Outras Licenças	900	1.085
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	1.410	1.494
1.02.04.02	Goodwill	82.166	82.166

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	501.571	503.026
2.01	Passivo Circulante	97.133	85.303
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.374	4.519
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.374	4.519
2.01.02	Fornecedores	17.842	11.171
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.278	11.124
2.01.02.01.01	Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial Classe I	365	365
2.01.02.01.02	Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	5.150	4.759
2.01.02.01.03	Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	11.763	6.000
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	564	47
2.01.02.02.02	Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	564	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.273	17.793
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.437	16.002
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	16.431	16.002
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.165	1.120
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	671	671
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.319	38.231
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.319	38.231
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.800	35.712
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.519	2.519
2.01.05	Outras Obrigações	14.325	13.589
2.01.05.02	Outros	14.325	13.589
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	269	364
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Cliente	9.398	9.237
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	3.290	2.792
2.01.05.02.08	Provisão de Multas Contratuais	981	801
2.01.05.02.09	Obrigações e Provisões Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	387	395
2.02	Passivo Não Circulante	271.729	272.652
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	92.084	90.587
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	92.084	90.587
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	92.084	90.587
2.02.02	Outras Obrigações	97.248	96.785
2.02.02.02	Outros	97.248	96.785
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	36.558	36.067
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	4.873	5.194
2.02.02.02.05	Fornecedores Nacionais - Sujeitos à Recuperação Judicial	45.472	44.699
2.02.02.02.06	Fornecedores Estrangeiros - Sujeitos à Recuperação	10.345	10.825
2.02.03	Tributos Diferidos	43.515	46.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.515	46.984
2.02.04	Provisões	38.882	38.296
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	34.380	33.786
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.008	1.160
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24.131	24.336
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.241	8.290

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.04.02	Outras Provisões	4.502	4.510
2.02.04.02.05	Obrigações e Provisões de Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	4.502	4.510
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	132.709	145.071
2.03.01	Capital Social Realizado	1.897.431	1.897.348
2.03.01.01	Capital Social	1.897.431	1.897.348
2.03.02	Reservas de Capital	139.795	139.795
2.03.02.07	Reservas e Transações de Capital	136.183	136.183
2.03.02.08	Reserva de Capital a Realizar	3.612	3.612
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.081.827	-2.096.743
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	177.310	204.671

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	30.114	19.081
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.360	-14.259
3.03	Resultado Bruto	6.754	4.822
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.351	-28.405
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.486	-1.842
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.395	-7.469
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.989	10.680
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	5.989	10.680
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.459	-29.774
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.597	-23.583
3.06	Resultado Financeiro	16.049	-18.312
3.06.01	Receitas Financeiras	35.669	17.048
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.498	4.911
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	33.171	12.137
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.620	-35.360
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-19.620	-5.980
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	0	-29.380
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.452	-41.895
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.464	-869
3.08.01	Corrente	-6	-9
3.08.02	Diferido	3.470	-860
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.916	-42.764
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.916	-42.764
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.916	-42.764
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,14863	-2,59165
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,14863	-2,59165

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.916	-42.764
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-27.361	37.855
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-27.361	37.855
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-12.445	-4.909
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-12.445	-4.909

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.365	6.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-29.682	14.457
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício das Operações	14.916	-42.764
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.306	1.298
6.01.01.04	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	352	1.870
6.01.01.05	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos e Debêntures	-30.061	19.417
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-3.469	859
6.01.01.07	Recuperação (Estimativa) para Perda pela Não Recuperabilidade de Ativos	-343	-963
6.01.01.08	Obsolescência de Estoque	-626	432
6.01.01.09	(Reversão) Perdas Estimadas para Devedores Duvidosos	-53	-169
6.01.01.10	Perdas Efetivas com Devedores Duvidosos	51	386
6.01.01.11	Ajuste a Valor Presente	15.733	-3.611
6.01.01.12	Opções outorgadas e ajuste a valor justo	-27.488	37.702
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.317	-7.577
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-9.045	484
6.01.02.02	Estoques	-3.407	-2.437
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	442	919
6.01.02.04	Outros Ativos	-1.900	1.312
6.01.02.05	Fornecedores	4.475	2.523
6.01.02.06	Tributos a Recolher	341	4.862
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	30.411	-15.240
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110	-4.307
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-691	-182
6.02.04	Adições ao Intangível	0	-20
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	102	51
6.02.07	Passivo a Descoberto	0	-4.280
6.02.11	Recurso Proveniente de Venda de Imobilizado	479	124
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.707	-2.130
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	33.291	21.278
6.03.02	Aumento de Capital	83	1.240
6.03.06	Debêntures Conversíveis em Ações	0	-1.037
6.03.07	Pagamento de Financiamentos	-31.667	-23.611
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.768	443
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.176	21.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.408	21.458

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.897.348	139.795	0	-2.096.743	204.671	145.071	0	145.071
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.897.348	139.795	0	-2.096.743	204.671	145.071	0	145.071
5.04	Transações de Capital com os Sócios	83	0	0	0	0	83	0	83
5.04.01	Aumentos de Capital	83	0	0	0	0	83	0	83
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.916	-27.361	-12.445	0	-12.445
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.916	0	14.916	0	14.916
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-27.361	-27.361	0	-27.361
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-27.361	-27.361	0	-27.361
5.07	Saldos Finais	1.897.431	139.795	0	-2.081.827	177.310	132.709	0	132.709

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

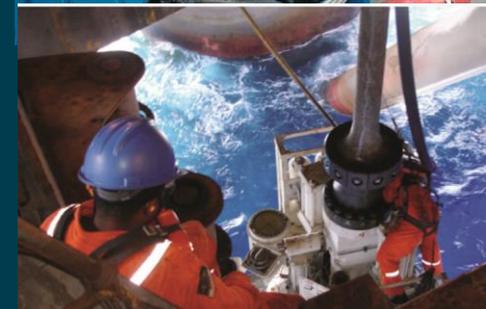
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.893.163	139.789	0	-2.055.403	173.961	151.510	0	151.510
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.893.163	139.789	0	-2.055.403	173.961	151.510	0	151.510
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.240	0	0	0	0	1.240	0	1.240
5.04.01	Aumentos de Capital	1.240	0	0	0	0	1.240	0	1.240
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-42.764	37.855	-4.909	0	-4.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.764	0	-42.764	0	-42.764
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	37.855	37.855	0	37.855
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	37.855	37.855	0	37.855
5.07	Saldos Finais	1.894.403	139.789	0	-2.098.167	211.816	147.841	0	147.841

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	40.121	34.186
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.130	23.336
7.01.02	Outras Receitas	5.989	10.680
7.01.02.02	Outras Receitas	5.989	10.680
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2	170
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-27.293	-42.870
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.989	-6.838
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.845	-6.258
7.02.04	Outros	-8.459	-29.774
7.02.04.02	Outros	-8.459	-29.774
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.828	-8.684
7.04	Retenções	-1.306	-1.298
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.306	-1.298
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.522	-9.982
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35.669	17.048
7.06.02	Receitas Financeiras	35.669	17.048
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	47.191	7.066
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	47.191	7.066
7.08.01	Pessoal	10.089	7.241
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.463	5.402
7.08.01.02	Benefícios	2.104	1.466
7.08.01.03	F.G.T.S.	522	373
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.437	7.122
7.08.02.01	Federais	231	4.825
7.08.02.02	Estaduais	2.105	2.247
7.08.02.03	Municipais	101	50
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.749	35.467
7.08.03.01	Juros	19.620	35.362
7.08.03.02	Aluguéis	129	105
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.916	-42.764
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.916	-42.764



**Desempenho
Econômico
Financeiro
1T22**



Mensagem da Administração

O início de 2022 foi muito marcado pelos eventos relacionados ao surto da variante Covid Omicron e da guerra na Ucrânia.

Com nossa carteira de encomendas em plena aceleração tivemos que lidar com inúmeros problemas logísticos que prejudicaram nosso processo produtivo. Isto porque parte relevante da nossa estratégia para recuperar a competitividade da empresa envolveu a integração com cadeias produtivas internacionais (fabricar da forma mais eficiente e rentável). Lidar com essa nova e bem-sucedida prática no ambiente caótico que se instalou tem sido um desafio inédito.

Imagine-se válvulas não podendo ser terminadas pela falta de simples parafusos, aprisionados por semanas em algum porto chinês a espera de um lugar num navio. Cenas como essa foram frequentes, e cobraram um preço. Horas de produção perdidas, fretes aéreos de componentes que deveriam vir pela via marítima, compras duplicadas para poder atender cronogramas, uma enorme demanda de capital de giro adicional para suportar os estoques de produtos em processo ou em trânsito, etc. Isso sem falar do impacto da taxa de câmbio e dos preços de matérias primas, que novamente se elevaram a partir do fim de 2021.

Mas apesar desse ambiente extremamente volátil, nossos mercados de atuação continuaram em forte retomada. A companhia conseguiu performar vendas razoavelmente dentro do planejado, mas poderia haver sido bem melhor não fossem os atrasos derivados do ambiente conturbado.

Nós conseguimos sustentar substancialmente o volume de atividades, mas os custos inevitáveis de lidar com todos os problemas descritos redundou em margens mais baixas no período. Houve uma redução de 3 pontos percentuais na margem bruta, tanto na comparação com o 4T21 como com o 1T21. As oscilações da taxa de câmbio foram a principal causa da redução. Muitas compras relativas aos projetos em curso aconteceram no 4T21 a taxas muito elevadas, sendo que subsequentemente o Real voltou a se apreciar, afetando parcialmente os preços finais contratados com alguns clientes em dólares.

A queda de R\$ 1,1 milhão (14%) do Lucro Bruto propagou-se em igual tamanho ao EBITDA Ajustado, mas o Lucro Líquido fechou positivo devido ao efeito também do câmbio, em sentido contrário, sobre o endividamento da companhia.

A carteira de pedidos firmes se elevou de R\$ 55 para 66 milhões. Um crescimento relevante, especialmente de produtos voltados para o mercado de Oil&Gas. Os atrasos decorrentes do ambiente operacional acima descrito foram de aproximadamente R\$ 4 milhões, de sorte que ajustando esse efeito, a carteira ainda assim cresceu relevantes 13%.

A Lupatech Ropes, unidade fabril da Companhia localizada em São Leopoldo-RS, dedicou-se historicamente à fabricação de cabos de ancoragem de poliéster para plataformas de petróleo, possuindo a maior base instalada da indústria. Como parte das estratégias para retomada de atividades dessa unidade, a Companhia vem desenvolvendo novos produtos baseados em outras fibras sintéticas e voltados para outros espectros de aplicação, como o uso naval e a movimentação de cargas.

Em abril desse ano foram iniciadas vendas de cabos de atracação naval e levantamento de cargas em HMPE (“High Modulus Polyethylene” ou Polietileno de Alto Módulo”). O HMPE possui resistência semelhante aos aços de alta performance, com a vantagem de ser cerca de 8 vezes mais

leve. Tais características tornam os cabos de HMPE desejáveis para uma gama ampla e crescente de aplicações.

A unidade fabril da Companhia localizada em Feliz-RS dedicou-se historicamente à fabricação de camisas tubulares em resina reforçada com fibra de vidro para o revestimento de tubos de produção de petróleo. Com a prolongada crise por que passou o setor de óleo e gás, a Lupatech se empenhou em desenvolver produtos alternativos que aproveitassem da expertise e da base industrial da unidade. Nesse sentido, a Companhia promoveu o desenvolvimento de uma nova gama de produtos – postes construídos em resina de poliéster reforçada com fibras de vidro – bem como as adaptações fabris necessárias para a sua produção em escala comercial.

Os esforços empreendidos têm frutificado de forma que, também em abril de 2022, foi logrado o primeiro contrato de fornecimento de postes em poliéster reforçado com fibra de vidro para concessionárias de energia elétrica.

Os postes fabricados em resina reforçada com fibra de vidro apresentam diversas vantagens em relação aos congêneres fabricados em madeira, concreto ou aço, entre elas, menor peso, maior facilidade logística e de instalação, maior resistência à deterioração pelos elementos e por microrganismos que redundam em maior durabilidade. Tais características têm proporcionado uma demanda crescente pelo produto que encontra aplicações em distribuição e transmissão de energia elétrica, bem como em iluminação pública e telecomunicações.

A companhia segue trilhando o caminho planejado e mostrou-se mais uma vez resiliente a intempéries. E os novos produtos finalmente estão ganhando vida, chegando para contribuir com a diversificação setorial e incrementar as perspectivas de negócios a médio e longo prazos.

Rafael Gorenstein
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Desempenho Econômico-Financeiro

O Grupo Lupatech, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo em águas profundas, para uso naval e para levantamento de cargas; artefatos de materiais compósitos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petroleiras.

A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (segmento de Serviços), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Produtos	19.054	29.718	30.769	29.718
Válvulas	18.661	29.456	29.425	29.456
Cabos e Compósitos	393	262	1.344	262
Serviços	27	396	35	396
Oilfield Services	27	396	35	396
Total	19.081	30.114	30.804	30.114

A Companhia obteve R\$ 30,1 milhões de receita líquida consolidada no 1T22, incremento de R\$ 11,0 milhões, ou 58,0% no comparativo com 1T21.

Válvulas:

O aumento da receita líquida no 1T22 em comparação ao 1T21, foi impulsionado principalmente pela retomada da demanda nos segmentos de Oil&Gas e Válvulas Industriais, e pelo êxito nos esforços comerciais empreendidos no período.

Cabos e Compósitos

A receita reportada espelha a retomada gradual da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento tubos de produção de petróleo.

Serviços

As transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

Carteira de Pedidos

Em 31 de março de 2022, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra (“*Order Backlog*”) da Companhia no Brasil somou R\$ 65,7 milhões. Na mesma data, a Companhia possuía um saldo em contratos de fornecimento de Válvulas e Cabos de Ancoragem, sem obrigação de compra de R\$ 186 milhões. (obs: as cifras não incluem licitações vencidas para as quais ainda não tenham sido emitidos os respectivos pedidos ou contratos).

Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Produtos	4.834	6.729	7.867	6.729
<i>Margem Bruta - Produtos</i>	<i>25,4%</i>	<i>22,6%</i>	<i>25,6%</i>	<i>22,6%</i>
Serviços	(12)	25	27	25
<i>Margem Bruta - Serviços</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>
Total	4.822	6.754	7.894	6.754
<i>Margem Bruta Total</i>	<i>25,3%</i>	<i>22,4%</i>	<i>25,6%</i>	<i>22,4%</i>
Depreciação	1.298	1.114	1.559	1.114
Depreciação de Produtos	1.016	795	929	795
Depreciação de Serviços	282	319	630	319
Lucro Bruto s/ depreciação	6.120	7.868	9.453	7.868
Lucro Bruto s/ depreciação Produtos	5.850	7.524	8.796	7.524

**n/a - não aplicado*

Produtos

O lucro bruto do 1T22 atingiu R\$ 6,7 milhões, com margem de 22,6% contra R\$ 4,8 milhões com margem de 25,4% no 1T21 e R\$ 7,8 milhões e margem de 25,6% no 4T21. A redução na margem bruta se deve aos impactos operacionais, inflacionários e cambiais resultantes do surto da variante Omicron e da eclosão da guerra na Ucrânia.

Serviços

Os resultados do segmento de serviços não são oriundos de atividades produtivas, apenas da venda de estoques remanescentes.

Despesas

Despesas (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Total de Despesas com Vendas	1.842	2.486	2.869	2.486
Despesas com Vendas - Produtos	1.842	2.486	2.868	2.486
Despesas com Vendas - Serviços	-	-	1	-
Total de Despesas Administrativas	5.830	5.523	6.086	5.523
Despesas Administrativas - Produtos	2.213	2.741	2.495	2.741
Despesas Administrativas - Serviços	3.617	2.782	3.591	2.782
Honorários dos Administradores	1.639	872	763	872
Total de Despesas	9.311	8.881	9.718	8.881

Despesas com Vendas

As despesas comerciais da Companhia têm relação direta com as vendas, e são predominantemente variáveis na forma de fretes e comissões. No 1T22 totalizaram R\$ 2,5 milhões contra R\$ 1,8 milhões no 1T21.

No comparativo do 1T22 ante ao 4T21, houve redução das despesas comerciais, que se explicam principalmente pelo reflexo da reversão de estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa.

Despesas Administrativas

No 1T22 a companhia reconheceu R\$ 5,5 milhões de despesas administrativas, 5,2% menor do que o valor reconhecido no 1T21, e 9,2% menor que 4T21.

Tais reduções, se devem a despesas não recorrentes embutidas nos resultados dos períodos comparados. Entre elas, destacam-se o reconhecimento de despesas com assessoria tributária e gastos legais com a recuperação judicial ocorridas no 1T21, e honorários de êxito advocatícios no 4T21.

Honorários dos Administradores

O valor apresentado é composto de remunerações fixa e variável. O 1T22 ante 1T21 apresenta redução, pois o primeiro período do ano de 2021 contempla provisões para remuneração variável, não contempladas no período comparado.

Outras Receitas e (Despesas) Operacionais

Outras Receitas (Despesas) (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Produtos	(798)	95	(829)	95
Despesas com Ociosidade - Produtos	(2.805)	(2.953)	(2.962)	(2.953)
Serviços	(15.394)	406	(4.556)	406
Despesas com Ociosidade - Serviços	(97)	(18)	(13)	(18)
Total	(19.094)	(2.470)	(8.360)	(2.470)

No 1T22, foram contabilizados R\$ 6,0 milhões de “Outras Receitas Operacionais” contra R\$ 8,5 milhões de “Outras Despesas Operacionais”, totalizando um efeito líquido de R\$ 2,5 milhões. Destacando-se os seguintes fatores:

- I. R\$ 1,4 milhões correspondente ao efeito líquido positivo, relacionado aos ajustes de *impairment* e do resultado da alienação de ativos imobilizados;
- II. R\$ 1,4 milhões correspondente ao efeito líquido positivo, relacionado aos ajustes de inventário de estoques;
- III. R\$ 3,0 milhões de despesas com ociosidade de produção;
- IV. R\$ 1,7 milhões oriundos do reconhecimento de impostos, perdas por ajustes de saldos de créditos junto a fornecedores e outros tributos;
- V. R\$ 0,6 mil por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos;

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Receita Financeira*	300	2.498	22.500	2.498
Despesa Financeira*	(1.369)	(19.620)	(5.317)	(19.620)
Resultado Financeiro Líquido*	(1.069)	(17.122)	17.183	(17.122)
Variação Cambial Líquida	(17.243)	33.171	(5.945)	33.171
Resultado Financeiro Líquido Total	(18.312)	16.049	11.238	16.049

* Excluindo Variação Cambial

O resultado financeiro líquido da Companhia no 1T22 foi positivo em R\$ 16,0 milhões, 43% maior que o resultado de R\$ 11,2 milhões do 4T21, devido, principalmente, a valorização do Real frente ao Dólar norte americano. O efeito desta variação cambial, sobrepõe o valor das despesas financeiras reconhecidas com Ajuste a Valor Presente e atualização de juros sobre a dívida sujeita à Recuperação Judicial.

Já, no 1T21 a forte alta da moeda estrangeira resultou em variação cambial líquida negativa representando 94% do resultado financeiro do trimestre.

Relevante lembrar que as variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos entre companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O resultado financeiro é apresentado detalhadamente na Nota Explicativa nº 23.

EBITDA Ajustado das Atividades

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Produtos	1.151	2.113	2.961	2.113
Margem	6,0%	7,1%	9,6%	7,1%
Serviços	(2.275)	(2.413)	(2.175)	(2.413)
Margem	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	(1.124)	(300)	786	(300)
Margem	-5,9%	-1,0%	2,6%	-1,0%

A variação do EBITDA Ajustado de Produtos do 1T22 com o 4T21, se deve principalmente pela redução na margem bruta. Já, o crescimento do EBITDA Ajustado de 84% do 1T22 ante o 1T21 se deve pela melhora da performance nas vendas.

O EBITDA Ajustado de Serviços no 1T22 apresentou um aumento decorrente de custos a maior incorrido com gestão do legado e com o passivo contingente.



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Lucro Bruto	4.822	6.754	7.894	6.754
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(7.672)	(8.009)	(8.955)	(8.009)
Honorários dos Administradores	(1.639)	(872)	(763)	(872)
Depreciação, Amortização e Realização de Ativos	1.298	1.114	1.559	1.114
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(19.094)	(2.470)	(8.360)	(2.470)
Ebitda das Atividades	(22.285)	(3.483)	(8.625)	(3.483)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	1.869	240	5.318	240
Provisões com Processos Judiciais	(170)	(600)	147	(600)
Despesas com ociosidade	2.553	2.637	2.323	2.637
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	16.909	906	1.623	906
Ebitda Ajustado	(1.124)	(300)	786	(300)

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	1T22		
	Produtos	Serviços	Total
Lucro Bruto	6.729	25	6.754
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(4.616)	(3.393)	(8.009)
Honorários dos Administradores	(611)	(261)	(872)
Depreciação e Amortização	795	319	1.114
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.859)	389	(2.470)
Ebitda das Atividades	(562)	(2.921)	(3.483)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	-	325	325
Provisões com Processos Judiciais	58	(658)	(600)
Despesas com ociosidade	2.637	-	2.637
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	(20)	841	821
Ebitda Ajustado	2.113	(2.413)	(300)

As Despesas não recorrentes do 1T22 referem-se, principalmente a alienação de ativos, atualização de processos contingentes, ociosidade de produção e despesas extraordinárias ligadas a recuperação judicial.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T21	1T22	4T21	1T22
Resultado Antes de IR e CSLL	(41.895)	11.452	1.053	11.452
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(9)	(6)	37	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(860)	3.470	(1.777)	3.470
Resultado Líquido do Período	(42.764)	14.916	(687)	14.916
Lucro (Prejuízo) por 1000 Ações	(2,59)	1,15	0,27	1,15

O lucro líquido obtido no 1T22 é influenciado pelo resultado financeiro, com efeito direto da variação cambial positiva no resultado consolidado da Companhia. É relevante recordar que tais efeitos são predominantemente resultados sobre saldos entre companhias do grupo no exterior que encontram reflexo em sentido contrário no Patrimônio Líquido da empresa, oportunizado pela conversão de balanço em moeda estrangeira das respectivas controladas.

Os resultados negativos do 1T21 e 4T21 foram influenciados pelo efeito líquido dos ajustes por *impairment* e do resultado da movimentação de ativos entre empresas do grupo.

Capital de Giro Operacional

Capital de Giro (R\$ mil)	4T21	1T22
Contas a Receber	20.943	29.991
Estoques	41.127	45.160
Adiantamentos de Fornecedores	5.669	5.323
Impostos a Recuperar	64.608	62.241
Outras Contas a Receber	33.377	34.870
Fornecedores	11.171	17.842
Adiantamentos de Clientes	9.237	9.398
Impostos a Recolher	17.793	18.273
Outras Contas a Pagar	2.792	3.290
Salários e Encargos	4.519	5.374
Capital de Giro Aplicado	120.212	123.408
Varição do Capital de Giro Aplicado	61.964	3.196

No comparativo do 1T22 vs 4T21, há aumento no capital de giro empregado. Tal acréscimo se deve principalmente pela variação do contas a receber e dos estoques em virtude do maior nível de atividade.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Disponibilidades (em R\$ Mil)	4T21	1T22
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.176	12.408
Total	19.176	12.408

A posição consolidada de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia no 1T22 atingiu R\$ 12,4 milhões.

Endividamento Financeiro

Endividamento (R\$ mil)	4T21	1T22
Curto Prazo	38.231	41.319
Créditos sujeitos à Recuperação Judicial	3.361	3.523
Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial	34.870	37.796
Longo Prazo	90.587	92.084
Créditos sujeitos à Recuperação Judicial	90.587	92.084
Dívida Bruta	128.818	133.403
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.176	12.408
Dívida Líquida	109.642	120.995

O aumento do endividamento financeiro no comparativo do 1T22 ante 4T21 é explicado pela atualização da dívida de Recuperação Judicial e pela captação de recursos junto a instituições financeiras para financiar a expansão da atividade.

LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12**Saldos de Investimentos**

Investimentos (R\$ mil)	4T21	1T22
Outros Investimentos	21.942	21.942
Imobilizado	147.474	146.098
Intangível	84.745	84.476
Total	254.161	252.516

A variação apresentada nos saldos de investimentos refere-se à alienação de ativo imobilizado, reconhecimento de depreciação e efeito de variação cambial sobre o ativo imobilizado das controladas no exterior.

Anexos

Anexo I – Demonstrações de Resultados (R\$ Mil)

	1T21	1T22
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	19.081	30.114
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(14.259)	(23.360)
Resultado Bruto	4.822	6.754
Receitas/Despesas Operacionais	(28.405)	(11.351)
Com Vendas	(1.842)	(2.486)
Gerais e Administrativas	(5.830)	(5.523)
Remuneração dos Administradores	(1.639)	(872)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(19.094)	(2.470)
Resultado Financeiro Líquido	(18.312)	16.049
Receitas Financeiras	4.911	2.498
Despesas Financeiras	(5.980)	(19.620)
Variação Cambial Líquida	(17.243)	33.171
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.895)	11.452
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(9)	(6)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(860)	3.470
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(42.764)	14.916



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Anexo II – Reconciliação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)

	1T21	1T22
EBITDA Ajustado das Operações Continuadas	(1.124)	(300)
Processo de Reestruturações	(16.911)	(906)
Provisões para Perdas, Impairment e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	(1.699)	360
EBITDA das Operações Continuadas	(19.734)	(846)
Depreciação e Amortização	(1.296)	(1.114)
Resultado Financeiro Líquido	(18.312)	16.049
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido	(869)	3.464
Despesas com Ociosidade	(2.553)	(2.637)
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	(42.764)	14.916



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Anexo III – Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ Mil)

	2021	1T22
Ativo Total	503.026	501.571
Ativo Circulante	231.140	231.363
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.176	12.408
Contas a Receber de Clientes	20.943	29.991
Estoques	41.127	45.160
Impostos a Recuperar	64.608	62.241
Outras Contas a Receber	33.377	34.870
Despesas Antecipadas	278	857
Adiantamento a Fornecedores	5.669	5.323
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	45.962	40.513
Ativo Não Circulante	271.886	270.208
Titulos e Valores Mobiliários	44	44
Depósitos Judiciais	10.457	10.425
Impostos a Recuperar	1.133	1.132
Outras Contas a Receber	6.091	6.091
Investimentos	21.942	21.942
Imobilizado	147.474	146.098
Intangível	84.745	84.476
Passivo Total	503.026	501.571
Passivo Circulante	85.303	97.133
Fornecedores - Não Sujeitos à Recuperação Judicial	6.047	12.327
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial - Classe I	365	365
Fornecedores - Sujeitos à Recuperação Judicial	4.759	5.150
Empréstimos e Financiamentos Não Sujeitos à Recuperação Judicial	34.870	37.796
Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial	3.361	3.523
Salários, Provisões e Contribuição Social	4.519	5.374
Comissões a Pagar	364	269
Impostos a Recolher	17.793	18.273
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	395	387
Adiantamento de Clientes	9.237	9.398
Outras Contas a Pagar	2.792	3.290
Provisão Multas Contratuais	801	981
Passivo Não Circulante	272.652	271.729
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	55.524	55.817
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	90.587	92.084
Impostos a Recolher	36.067	36.558
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.984	43.515
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	33.786	34.380
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação judicial	4.510	4.502
Outras Contas a Pagar	5.194	4.873
Patrimônio Líquido	145.071	132.709
Capital Social	1.897.348	1.897.431
Reserva de Capital	3.612	3.612
Reservas e Transações de Capital	136.183	136.183
Ajustes de Avaliação Patrimonial	204.671	177.310
Prejuízos Acumulados	(2.096.743)	(2.081.827)



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Anexo IV – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados (R\$ Mil)

	1T21	1T22
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) dos períodos	(42.764)	14.916
Ajustes:		
Depreciação e amortização	1.298	1.306
Resultado na venda de ativo imobilizado	1.870	352
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	19.417	(30.061)
Reversão para perda pela não recuperabilidade de ativos	(963)	(343)
Imposto de renda e contribuição social diferido	859	(3.469)
Obsolescência de estoques	432	(626)
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	(169)	(53)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	386	51
Ajuste a valor presente	(3.611)	15.733
Opções Outorgadas e ajuste a valor justo	37.702	(27.488)
Variações nos Ativos e Passivos:		
(Aumento) Redução em contas a receber	484	(9.045)
(Aumento) Redução em estoques	(2.437)	(3.407)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	919	442
(Aumento) Redução em outros ativos	1.312	(1.900)
Aumento (Redução) em fornecedores	2.523	4.475
Aumento (Redução) em impostos a recolher	4.862	341
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(15.240)	30.411
Caixa líquido das atividades operacionais	6.880	(8.365)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Passivo a Descoberto	(4.280)	-
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	51	102
Recursos provenientes de venda de imobilizado	124	479
Aquisição de Imobilizado	(182)	(691)
Adições ao Intangível	(20)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos	(4.307)	(110)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	21.278	33.291
Aumento de capital	1.240	83
Debêntures Conversíveis em Ações	(1.037)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(23.611)	(31.667)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(2.130)	1.707
(Redução) Aumento Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	443	(6.768)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	21.015	19.176
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	21.458	12.408



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Sobre a Lupatech – Em Recuperação Judicial

A Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; equipamentos para completação de poços; artefatos de materiais compósitos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petroleiras.

Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente aos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto Lucro líquido por ação, ou quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (“B3” LUPA3).

O grupo, que conta com 464 colaboradores, atua na manufatura (**segmento de Produtos**) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compósitos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petroleiras.

A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (**segmento Serviços**), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

1.1 Continuidade operacional

O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios através do processo de recuperação judicial, segundo o plano de recuperação judicial apresentado aos seus credores, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Tais recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de relevantes quantias do seu principal cliente, venda de participações societárias, venda de ativos imobilizados e restituição de créditos tributários.

Diversas medidas de obtenção de recursos são perseguidas com o propósito de proporcionar o capital de giro necessário para a elevação do nível de atividade e o serviço da dívida. O volume de capital necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada.

No exercício de 2021, aproveitando-se dos favores introduzidos na modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020, a Companhia reorganizou o montante de R\$35.050 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias e Fazendárias, gerando um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos no montante de R\$19.477. A adesão ao Parcelamento, concedeu o direito de liquidação de 30% da dívida consolidada na modalidade RJ no âmbito da RFB com utilização de créditos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$9.085.

Em 22 de fevereiro de 2021 a Companhia tomou ciência de sentença parcial em procedimento arbitral junto à Câmara de Arbitragem do Mercado, movido em face de GP Investimentos, San Antonio Internacional e seus veículos, o qual deu provimento substancial aos pleitos formulados pela Companhia. O processo prossegue em liquidação de sentença que apurará os valores efetivamente devidos à Lupatech em decorrência das violações do Acordo de Investimento para incorporação das sociedades brasileiras da San Antonio em 2012 (Nota Explicativa 15.2).

Em 26 de março de 2021 a Companhia recebeu ressarcimentos na quantia de R\$5.222 em decorrência do cumprimento voluntário da sentença parcial.

A Lupatech S/A teve assegurado o direito ao ressarcimento de PIS e da COFINS sobre ICMS, relativo aos impostos recolhidos de dezembro de 2001 a dezembro de 2014, que podem ser compensados com débitos futuros ou restituídos à empresa. O trânsito em julgado parcial de dita decisão ocorreu no mês de outubro de 2019.

Em 18 de agosto de 2021, a Receita Federal do Brasil deu cumprimento à decisão liminar em sede de mandado de segurança impetrado pela Lupatech S/A determinando a habilitação à compensação dos créditos de PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS, fruto de decisão judicial com trânsito parcial em julgado, cuja eficácia não vinha sendo reconhecida. Em decorrência do cumprimento da decisão judicial, a Lupatech S.A. passa estar apta a compensar créditos no montante de R\$29.465, com tributos federais correntes devidos, exceto previdenciários. A Companhia segue litigando pelo direito a ressarcir os impostos pagos a maior a partir de 2015.

Foi certificado em 18 de novembro de 2021, o trânsito em julgado do acórdão favorável à coligada Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda – Em Recuperação Judicial, nos autos do Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em decorrência do cumprimento da decisão judicial, a Lupatech Equipamentos passa estar apta a usufruir desse crédito no montante de R\$3.634, passíveis de compensação ou ressarcimento.

A Companhia tomou ciência em agosto de 2020, da decisão final proferida no Procedimento Arbitral, em trâmite perante a Câmara de Arbitragem da Federasul (CAF), movido pela Companhia contra a Cordoaria São Leopoldo Ltda., visando a aplicação de penalidades contratuais por violação de acordo de não concorrência decorrente da aquisição da unidade de Cabos de Ancoragem. A Companhia se sagrou vencedora no referido procedimento arbitral, tendo sido reconhecido o descumprimento da cláusula de não concorrência, resultando na condenação ao pagamento de multa contratual à Lupatech. Em 23 de setembro de 2021, diante de uma nova decisão favorável, a Companhia reconheceu no balanço o ganho de processo no montante de R\$22.738. Em 31 de março de 2022 o valor atualizado do processo é de R\$27.234. Subseqüentemente, em 13 de maio de 2022, o Juízo da 2ª Cara Cível de Porto Alegre, a cargo da execução do título judicial oriundo do processo arbitral, deferiu o pedido de penhora de créditos oriundos dos contratos que a Cordoaria São Leopoldo Original Ltda. (sucessora da Cordoaria São Leopoldo Ltda.) tem com a PETROBRAS, até o limite e

R\$ 33.554, valor este que representa o crédito atualizado da Companhia acrescido de multas e honorários.

Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás, pela crise econômica do Brasil e pelas repercussões do processo de Recuperação Judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar em patamares superiores à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

Em 24 de setembro de 2021, a Companhia recebeu pedido de compra para fornecimento de válvulas dirigidas à construção de uma FPSO (*Floating Production Storage and Offloading*). O pedido tem valor de US\$3.400, equivalentes a R\$17.981. A contratação é um compromisso firme de compra, e tem suas entregas previstas entre o primeiro e o segundo trimestre de 2022. A contratação representa um importante marco na retomada do fornecimento de equipamentos para o mercado de construção de embarcações FPSO, cuja demanda abarca parte representativa do portfólio de produtos da Companhia.

No curso de 2020 e de 2021, a Lupatech firmou contratos de fornecimento de Válvulas e Cabos de Ancoragem, sem obrigação de compra. O valor reajustado desses contratos na data das demonstrações financeiras é de R\$186 milhões. Tais eventos são importantes indicadores da esperada retomada da atividade na indústria e de seus benefícios para a Lupatech.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia incorreu em lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$14.565 na controladora e R\$11.452 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$43.002 na controladora e R\$41.895 no consolidado no período de três meses findo em 31 de março de 2021) e em, 31 de março de 2022, o total do ativo circulante da Companhia excedeu o passivo circulante em R\$59.998 na controladora, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$134.230 (em 31 de dezembro de 2021 o total de ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$62.186 na controladora, e no consolidado o total do ativo circulante excedeu o total do passivo circulante em R\$145.837). Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida.

1.2 Recuperação Judicial

I. *Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech*

Em 25 de maio de 2015, a Lupatech S/A e suas controladas diretas e indiretas (Grupo Lupatech), obtiveram a aprovação do Conselho de Administração para o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, nos termos do artigo 122, parágrafo único, da Lei 6.404/76.

Naquela mesma data, a Lupatech S/A e suas controladas: Lupatech Finance Limited; Amper Amazonas Perfurações Ltda; Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda; Lochness Participações S/A; Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda; Lupatech – Perfuração e Completação Ltda;

Matep S/A Máquinas e Equipamentos; Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda; Prest Perfurações Ltda; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A, ajuizaram, na Comarca de São Paulo, o pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, o qual foi deferido em 22 de junho de 2015. Como administrador judicial foi nomeada a Alta Administração Judicial Ltda.

Inicialmente, o Grupo Lupatech apresentou um Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em Assembleia Geral e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 11 de dezembro de 2015. Posteriormente, em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, anulando a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech.

A Companhia teve decisão favorável referente recurso especial, determinando o afastamento de multa anteriormente imposta a empresa por litigância protelatória indevidamente aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo que anulou o Plano de Recuperação Judicial anteriormente apresentado.

Em 5 de setembro de 2016, foi apresentado novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech junto ao juízo de origem, atendendo aos critérios estabelecidos nos acórdãos da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual fora aprovado em 8 de novembro de 2016, pela Assembleia Geral de Credores do Grupo Lupatech, tendo sido homologado pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, no dia 19 de fevereiro de 2017. Diante da homologação final do juízo, o prazo para agravos contra a homologação do plano esgotou em 13 de março de 2017. A Administração do Grupo avaliou que a inexistência de agravos subsequentes confirmou integralmente a legalidade do plano e de seus efeitos a partir da sentença homologatória da decisão soberana da assembleia de credores, estando, portanto, o Grupo Lupatech e todos os credores sujeitos ao cumprimento do plano e obrigados legalmente a partir desta data.

Em 2 de julho de 2019 o Administrador Judicial do Grupo Lupatech submeteu o Quadro Geral de Credores ao Juízo, ao qual o Grupo Lupatech após relação de credores trabalhistas e cíveis ilíquidos por demandas judiciais em curso, que foi acolhida com decisão judicial subsequente de que tais créditos, na medida em que originados antes do pedido de Recuperação Judicial, se submetam aos termos do Plano.

A Companhia utilizou três estratégias para saldar os compromissos com os credores Classe I. A primeira, correspondente a até cinco salários mínimos relativos a créditos de natureza estritamente salariais e vencidos nos três meses anteriores à data do pedido, foi pago em dinheiro, aos respectivos credores trabalhistas, estando devidamente cumprido o artigo 54, parágrafo único, da Lei de Falências. A segunda, sem atribuição de ordem de relevância, foi o pagamento de credores por meio da conversão do crédito em debêntures da Lupatech S/A, e a terceira ocorreu por meio da adjudicação das ações de sociedade de propósito específico (SPE), na forma do art. 50 XVI da lei nº 11.101.

Nesse contexto, em 28 de novembro de 2017 a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações da Lupatech S/A no montante de até R\$30.000. A emissão foi concluída em 31 de janeiro de 2018 com a subscrição de R\$29.313. A emissão foi direcionada aos credores da Classe I e aos credores não sujeitos à Recuperação Judicial, tendo sido o direito de preferência facultado aos acionistas.

Em 29 de outubro de 2018, o Grupo Lupatech apresentou uma proposta de ajustes ao fluxo de pagamento dos credores quirografários da Classe III que consistia no diferimento de parte dos pagamentos iniciais em contrapartida de aumento de 0,3% da taxa de juros (passando a TR + 3,3% a.a.). A Assembleia Geral dos Credores se reuniu em 30 de novembro de 2018 e aprovou a proposta da companhia. A decisão da AGC foi submetida ao juízo recuperacional e foi homologada havendo a respectiva sentença homologatória transitado em julgado sem que nenhum recurso fosse interposto no prazo hábil.

Naquela mesma data, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito) Bônus de Subscrição para entrega em pagamento de 50% da dívida dos credores Classe III e IV e 35% dos credores Classe II. Os Bônus foram emitidos e escriturados em nome dos credores aptos à tal, havendo o juízo da Recuperação Judicial autorizando que a Companhia mantivesse em tesouraria os valores mobiliários correspondentes aos credores, que por falta de informações cadastrais, por impossibilidade operacional ou por falta de liquidez em seu crédito, não pudessem ter seus Bônus escriturados.

Em 28 de agosto de 2020, em remediação às consequências da Pandemia da COVID-19, o Grupo Lupatech submeteu à Assembleia Geral de Credores uma proposta de ajuste aos termos de pagamento das Classes I e III de credores da Recuperação Judicial. As alterações previstas incluem modificações na forma e fluxo de pagamentos aos credores dessas classes. O aditivo proposto compreendeu, em síntese:

- (i) ajustes à forma de pagamento dos credores da Classe I, de forma que os créditos que sobejarem o limite estipulado no art. 83 inciso I da Lei 11.101 sejam pagos integralmente da forma prevista na cláusula 6.2.2 do Plano;
- (ii) ajustar a forma de pagamento dos credores da Classe III para reescalonar pagamentos durante o período afetado pela pandemia, aumentar a parte do pagamento em bônus de subscrição dos credores em moeda estrangeira, definir cronograma de pagamento aos credores retardatários e;
- (iii) aprovar um esquema de incentivo para pagamentos antecipados que forem realizados antes de dezembro de 2025.

A proposta da companhia foi devidamente aprovada pelos credores na Assembleia Geral dos Credores e homologada judicialmente em 26 de novembro de 2020, não tendo sido a decisão homologatória agravada por qualquer credor, pelo que o aditivo ao plano tornou-se vinculante aos credores das classes I e III.

O Aditivo do Plano teve efeitos significativos na dívida Concursal da Companhia, refletindo na redução de R\$74.000 da dívida em 31 de dezembro de 2020.

II. Sobre o Plano de Recuperação Judicial, aprovado pelos credores em assembleia geral realizada em 8 de novembro de 2016, e homologado em 15 de fevereiro de 2017, pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, objeto de aditamentos em 30 de novembro de 2018 e 28 de agosto de 2020.

A adoção das medidas de recuperação específicas a seguir previstas pelo Plano tem por objetivos: (i) proceder ao reescalonamento do passivo do Grupo Lupatech, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades do Grupo Lupatech; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas do Grupo Lupatech; (iv)

obter novos recursos junto ao mercado de capitais para acelerar a recuperação; e (v) por meio do soerguimento do Grupo Lupatech, permitir a geração de empregos e o pagamento de impostos.

a. Medidas de recuperação

O Plano utiliza os seguintes meios de recuperação, na forma do artigo 50 da Lei de Falências: (i) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações do Grupo Lupatech, com a equalização de encargos financeiros, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial; (ii) aumento de capital social mediante emissão de valores mobiliários, com eventual alteração de controle societário; (iii) venda parcial, trespasse ou arrendamento de ativos do Grupo Lupatech; (iv) constituição de sociedade de propósito específico para a transferência de bens destinados ao pagamento dos credores; e (v) outras medidas a serem eventualmente submetidas à prévia aprovação do Juízo da Recuperação.

Aumento de capital: A fim de permitir a injeção de novo capital, a qualquer momento posterior à homologação Judicial do Plano, poderá o Grupo Lupatech realizar uma ou mais chamadas de aumento de capital social da Lupatech, que poderão ser destinadas a credores sujeitos ao Plano, credores não sujeitos ao Plano, e/ou terceiros investidores, conforme o caso.

O Plano prevê a entrega de bônus de subscrição a credores das Classes I, II, III e IV. Até a presente data foram emitidos pela Lupatech 3.404.528 (três milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e oito), que, se exercidos, serão convertidos em igual número de ações, parte dos quais remanesce em tesouraria aguardando que os créditos que pagarão se tornem líquidos ou que seja operacionalmente possível a sua entrega. Os créditos são trocados mediante a conferência de um bônus de subscrição a cada cem reais de crédito – relação proporcionalmente alterável na hipótese de grupamento, desdobramento ou bonificação da base acionária. O preço de exercício dos Bônus emitidos é de R\$0,88 por ação.

Na hipótese de qualquer aumento de capital permitir a capitalização de créditos sujeitos ao Plano, o exercício do direito de participar do referido aumento de capital será, sempre, opcional aos credores, e será sempre concedido de forma igualitária a cada uma das classes de credores sujeitos ao plano ou a toda a base de credores sujeitos ao Plano. No caso de um mesmo aumento de capital contemplar tanto credores sujeitos ao Plano quanto terceiros investidores, as condições de subscrição das ações oferecidas deverão ser as mesmas a ambos.

Garantias: Para garantir a captação de novos recursos, preservados os direitos dos credores com garantia real, o Grupo Lupatech poderá, além de outorgar garantias pessoais, constituir garantias reais e fiduciárias: (i) a partir da consolidação da propriedade em favor do Grupo Lupatech, sobre o imóvel localizado em São Leopoldo; e (ii) a partir da eventual desoneração de garantias dadas aos Credores com Garantia Real, sobre quaisquer dos ativos desonerados.

Alienação de ativos: O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar os bens do ativo permanente descritos no Plano, por meio de (i) procedimento competitivo; (ii) contrato particular firmado por preço não inferior ao apontado em laudos de avaliação preparados por empresa especializada; ou (iii) leilão particular, a ser realizado por empresa especializada na avaliação e venda de ativos por meio de leilões presenciais ou via Internet. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Alienação de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs): O Grupo Lupatech, a partir da homologação Judicial do Plano, poderá alienar as UPIs descritas no Plano. A alienação das UPIs poderá ser feita de forma conjunta ou isolada, por meio de procedimento competitivo abrangendo, inclusive, uma ou mais UPIs ou bens do ativo permanente. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Quaisquer alienações de UPIs por meio de procedimento competitivo serão realizadas respeitando-se o disposto nos respectivos editais, nos termos da Lei de Falências, e atendidas as demais condições previstas neste Plano. Fica a critério do Grupo Lupatech optar por quaisquer das modalidades de procedimento competitivo previstas nos artigos 142 a 145 da Lei de Falências.

As UPIs que forem alienadas por procedimento competitivo estarão livres de quaisquer ônus, e os seus respectivos adquirentes não responderão por nenhuma dívida ou contingência do Grupo Lupatech, inclusive as de caráter tributário e trabalhista, nos termos do art. 60 e 141 da Lei de Falências.

Na hipótese de alienação de qualquer das UPIs previstas no Plano por meio de procedimento competitivo, o Grupo Lupatech poderá incluir, como parte integrante da UPI, acesso de eventuais direitos de uso, em caráter oneroso e temporário, sobre os imóveis em que se localizam os equipamentos que constituem as UPIs alienadas.

Alienação de ativos de empresas não-recuperandas: O Grupo Lupatech poderá, ainda, alienar ativos de propriedade de sociedades estrangeiras nas quais detenha participação ou controle, não integrantes da Recuperação Judicial. Os proventos líquidos decorrentes de tais alienações ingressarão no caixa das recuperandas, e serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária: Mediante a anuência prévia do credor que detenha a respectiva garantia e/ou na forma da Lei ou do Plano, o Grupo Lupatech poderá alienar a terceiros, bens dados em garantia real ou fiduciária. Os recursos decorrentes da alienação de tais bens serão utilizados para a quitação dos créditos detidos pelo credor com garantia real ou do credor com garantia fiduciária. Eventuais valores excedentes serão utilizados para o pagamento de obrigações decorrentes da legislação do trabalho, encargos tributários e previdenciários, e de obrigações estabelecidas no Plano.

Constituição de SPEs: A fim de possibilitar ou facilitar a venda de quaisquer dos bens do ativo permanente ou das UPIs descritas no Plano, conforme o caso, o Grupo Lupatech poderá, de forma individualizada ou em conjunto, transferir um ou mais desses ativos ou UPIs a sociedades de propósito específico constituídas pelo Grupo Lupatech.

Aprovação para alienação de ativos: Sem prejuízo das hipóteses de alienação de ativos e alienação de ativos dados em garantia real ou fiduciária, será permitida qualquer outra modalidade de alienação, substituição ou oneração de bens mediante autorização do Juízo da Recuperação ou aprovação pela Assembleia Geral de Credores, respeitados os termos das legislações e dos contratos aplicáveis a tais ativos. Encerrada a Recuperação Judicial, o Grupo Lupatech poderá alienar livremente quaisquer bens de seu ativo circulante ou permanente, observados os gravames que recaírem sobre tais bens, não sendo mais aplicáveis as restrições previstas neste Plano ou no art. 66 da Lei de Falências, estando, porém, sujeitas às restrições usuais constantes dos contratos sociais e estatutos das sociedades do Grupo Lupatech e de novos instrumentos de dívida, conforme o caso.

Encerramento da Recuperação Judicial: Após o encerramento da Recuperação Judicial o Grupo Lupatech poderá dispor dos bens do seu ativo e dos recursos sem que se imponham as restrições e limitações previstas no Plano.

b. Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano

Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os Créditos Sujeitos ao Plano, que serão pagos pela Lupatech e pela Lupatech Finance como devedoras principais, conforme o caso, em solidariedade com as outras sociedades do Grupo Lupatech, que permanecem como coobrigadas e devedoras solidárias, com expressa renúncia a qualquer benefício de ordem.

Os créditos sujeitos ao Plano serão pagos nos prazos e formas estabelecidos no Plano, para cada classe de Credores Sujeitos ao Plano, ainda que os contratos que deram origem aos Créditos Sujeitos ao Plano disponham de maneira diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações contratuais que sejam incompatíveis com as condições deste Plano, deixam de ser aplicáveis.

Os créditos não sujeitos ao Plano serão pagos na forma originalmente contratada ou na forma que for acordada entre o Grupo Lupatech e o respectivo credor, inclusive, se aplicável, mediante a implantação de medidas previstas no Plano.

Com o objetivo de reduzir os custos na administração dos pagamentos, será respeitado um valor mínimo de parcela de pagamento aos credores sujeitos ao Plano de duzentos e cinquenta reais por credor sujeito ao Plano habilitado na lista de credores nas classes III e IV, limitado ao saldo do seu respectivo crédito sujeitos ao Plano.

As formas de pagamento previstas aos credores das classes I, II, III, e IV têm por objetivo não só o reescalonamento de parte substancial dos créditos a ser feito em dinheiro; mas também permitir que os credores se beneficiem do soerguimento econômico perseguido pelo Grupo Lupatech através do exercício dos bônus de subscrição oferecidos em troca de parte do seu crédito.

Créditos que tenham a sua classificação contestada pelo Grupo Lupatech ou por qualquer parte interessada, nos termos da Lei de Falências, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito controvertido, respeitados os termos da Lei de Falências, iniciando-se os prazos para pagamento apenas após o trânsito em julgado da respectiva sentença.

Na hipótese de majoração de qualquer crédito, ou inclusão de novo crédito em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor (em caso de inclusão) ou valor adicional (em caso de majoração) será pago por meio da distribuição proporcional do valor nas parcelas futuras. A eventual majoração ou inclusão de qualquer Crédito na lista de credores durante o prazo de pagamento não gerará ao credor cujos créditos forem majorados qualquer direito ao recebimento retroativo ou proporcional de parcelas já pagas.

c. Reestruturação dos Créditos Trabalhistas

Os créditos trabalhistas controvertidos que venham a ser objeto de acordo na Justiça do Trabalho devem ser pagos na forma estabelecida nos respectivos acordos devidamente homologados pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva. Em nenhuma hipótese os créditos trabalhistas

controvertidos poderão receber tratamento mais benéfico do que aquele dado aos créditos trabalhistas incontroversos.

d. Reestruturação dos créditos com garantia real

Além do pagamento previsto acima, o Grupo Lupatech poderá, a qualquer tempo e mediante anuência por parte do respectivo credor com garantia real, realizar o pagamento total ou parcial do saldo do respectivo crédito com garantia real por meio: (i) da dação em pagamento de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real; (ii) da dação em pagamento de créditos detidos pelo Grupo Lupatech, em valor suficiente à cobertura do saldo do respectivo Crédito com garantia real; ou (iii) da entrega dos recursos provenientes da alienação de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real, seja nos termos do Plano, mediante autorização judicial, ou nos termos do Artigo 60 da Lei de Falências.

Na hipótese de o pagamento alternativo ocorrer apenas de forma parcial, o respectivo credor com garantia real deverá liberar garantias reais excessivas em favor do Grupo Lupatech, na forma do Plano.

e. Reestruturação dos créditos quirografários

Os créditos quirografários que forem denominados em moeda estrangeira serão apurados em Reais com base no câmbio da data do pedido, e pagos em condições análogas às previstas no Plano, respeitada a variação do câmbio oficial do Banco Central do dia útil anterior ao pagamento. A variação cambial será apurada pela diferença entre o valor original do crédito quirografário denominado em moeda estrangeira e os valores efetivamente pagos em moeda estrangeira.

O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor quirografário, tanto de moeda nacional como moeda estrangeira, até o limite do valor de seu respectivo crédito quirografário. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito quirografário, apenas o saldo restante do crédito quirografário será pago pela entrega de Bônus de Subscrição.

Cancelamento dos Notes atuais: Após a homologação Judicial do Plano, e após a obtenção de decisão judicial no *Chapter 15* reconhecendo a eficácia do Plano em território norte-americano, considerar-se-ão canceladas de pleno direito aos *Notes* atualmente detidas pelos *Noteholders*, as quais serão substituídas pelas *Novas Notes*, a serem emitidas em até 180 dias contados da obtenção da decisão judicial no *Chapter 15*.

Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de outubro de 2021, a Companhia concluiu a substituição obrigatória das *Notes* emitidas em 8 de outubro de 2014. A *Depository Trust Company* ("DTC") substituiu US\$49.302 em valor principal detidas atualmente pela DTC por (a) US\$14.628 em valor principal agregado de 0,4% de Notas de Taxa Fixa Garantida da Companhia e 1.482.487 "*Warrants*" que são exercíveis por um número igual de bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição é convertido em uma ação ordinária da Lupatech a um preço de exercício de R\$0,88. A Escritura datada de 18 de outubro de 2021, nas quais as "*New Notes*" são emitidas pela Lupatech Finance Limited, possui a Lupatech como Garantidora, e a *Wilmington Savings Fund Society, FSB* "*New Notes Trustee*", como agente fiduciário, agente pagador, registrador e agente de transferência.

Em 28 de outubro de 2021, a Companhia tomou ciência da decisão judicial proferida pela Corte de Falências de Nova Iorque, a qual, em razão da conclusão da emissão das Novas Notes e dos *Subscription Warrants*, determinou o encerramento do *Chapter 15* nos Estados Unidos da América.

f. Reestruturação dos Créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

O Grupo Lupatech assegurará o pagamento, em dinheiro, de no mínimo dois mil reais por credor ME e EPP, até o limite do valor de seu respectivo crédito de ME e EPP. Na hipótese de tal valor mínimo exceder a proporção de 50% do crédito ME e EPP, apenas o saldo restante do crédito de ME e EPP será pago pela entrega de Bônus de Subscrição.

2ª Emissão de Bônus de Subscrição da Companhia

Em 3 de março de 2021 a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração aprovou os termos e condições da 02ª Emissão de Bônus de Subscrição, em série única e onerosa, dentro do limite de capital autorizado, a ser realizada de forma a, no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades do seu grupo, promover o pagamento dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial.

Os Bônus de Subscrição serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda junto ao público em geral e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, e a Emissão respeitará o direito de preferência dos acionistas da Companhia e será direcionada a titulares de Créditos das Classes I, II, III e IV, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, a sociedades integrantes do Grupo Lupatech que possuam créditos contra esta, com o fim específico de, posteriormente, dar em pagamento aos Credores de Classes I, II, III e IV da Companhia quando se tornarem líquidos.

Nesse contexto, foi aprovada a Emissão no montante de R\$94.797.500,00 (noventa e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil e quinhentos reais), mediante a emissão de 947.975 (novecentos e quarenta e sete mil novecentos e setenta e cinco) bônus de subscrição de emissão da Companhia.

Em 27 de abril de 2021 fora concluído o processo de escrituração dos Bônus, estando os subscritores livres para negociar os Bônus em bolsa ou exercer os Bônus frente à Companhia a partir de 29 de abril de 2021, encerrando-se o prazo para exercício em 28 de outubro de 2025.

Em decorrência da Emissão, a Companhia não obterá quaisquer recursos tendo em vista se tratar emissão com integralização com créditos. Assim, havendo o exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, com a integralização em moeda corrente nacional, as importâncias por eles pagas serão entregues proporcionalmente aos titulares de créditos a serem integralizados nos termos do artigo 171, parágrafos 2º e 3º, Lei das Sociedades por Ações.

1.3 Pandemia (Covid-19) e Guerra na Ucrânia

Em meados do mês de março de 2020, a Companhia começou a enfrentar as consequências da Pandemia do COVID-19. A partir do segundo trimestre de 2021, foi observado o reaquecimento da atividade comercial, que havia voltado a sofrer no início de 2021 com a eclosão da segunda onda da pandemia. Ao fim do primeiro trimestre de 2022, surtos da doença na China tem levado a novos *lockdowns* e à paralização de fábricas e portos naquele país, o que voltou a aumentar as já existentes perturbações nas cadeias de suprimento globais, inclusive nas que a Companhia se insere.

Em fevereiro de 2022 iniciou-se uma guerra entre Rússia e Ucrânia com repercussões internacionais relevantes, tanto nos sistemas financeiros como no fluxo global de uma série de matérias primas e produtos que tem a Rússia como grande produtor. Houve repercussões imediatas nos preços de uma série de matérias primas, como é o caso do níquel, metal utilizado na produção de várias ligas de aço.

A Administração da Companhia está monitorando os possíveis impactos do Covid-19 e da guerra. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios, tampouco às estimativas e julgamentos contábeis em razão da pandemia.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2021), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período de três meses findo em 31 de março de 2022, não estão sendo repetidas ou incluídas de forma completa nestas informações trimestrais:

Notas explicativas não incluídas no período de três meses findo em 31 de março de 2022	Localização da nota completa na demonstração anual do exercício de 2021
Combinação de negócios	Nota explicativa nº 2.4.3
Principais práticas contábeis	Nota explicativa nº 3
Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa nº 4
Outras contas a pagar	Nota explicativa nº 18
Passivos a valor justo	Nota explicativa nº 21

A emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2022, foram autorizadas para a emissão e divulgação pelo Conselho de Administração em 27 de maio de 2022.

2.1.1 Saldos anteriormente divulgados

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia efetuou a reclassificação retrospectiva referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado a mais valia de máquinas e equipamentos. Tal

reclassificação, refletiu na Controladora em investimentos em controladas e coligadas (ativo não circulante) e ajuste de avaliação patrimonial (patrimônio líquido). No Consolidado, o efeito foi em imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo não circulante) e ajuste de avaliação patrimonial (patrimônio líquido), conforme demonstrado no quadro abaixo:

ATIVO	Controladora			Controladora		
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2020	Ajuste	Saldos após ajustes em 01/01/2020	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2020	Ajuste	Saldos após ajustes em 31/12/2020
Total do ativo circulante	92.289	-	92.289	78.694	-	78.694
Investimentos em controladas e coligadas	210.283	11.310	221.593	320.610	11.310	331.920
Total do ativo não circulante	431.073	11.310	442.383	483.535	11.310	494.845
Total do ativo	523.362	11.310	534.672	562.229	11.310	573.539
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Total do passivo circulante	86.948	-	86.948	62.722	-	62.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.374	-	36.374	34.872	-	34.872
Total do passivo não circulante	336.849	-	336.849	359.307	-	359.307
Ajustes de avaliação patrimonial	151.261	11.310	162.571	162.651	11.310	173.961
Total do patrimônio líquido	99.565	11.310	110.875	140.200	11.310	151.510
Total do passivo e patrimônio líquido	523.362	11.310	534.672	562.229	11.310	573.539
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Consolidado			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2020	Ajuste	Saldos após ajustes em 01/01/2020	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2020	Ajuste	Saldos após ajustes em 31/12/2020
Total do passivo circulante	68.364	-	68.364	77.081	-	77.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.056	(11.310)	55.746	57.192	(11.310)	45.882
Total do passivo não circulante	336.699	(11.310)	325.389	275.328	(11.310)	264.018
Ajustes de avaliação patrimonial	151.261	11.310	162.571	162.651	11.310	173.961
Total do patrimônio líquido	99.565	11.310	110.875	140.200	11.310	151.510
Total do passivo e patrimônio líquido	504.628	-	504.628	492.609	-	492.609

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas.

2.4.1 Empresas controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)	
	31/03/2022	31/12/2021
Participações diretas		
Mípel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	5,00	5,00
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
IIno Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	100,00	100,00
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	95,00	95,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	100,00	100,00

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
<u>Caixa e bancos</u>				
No Brasil	2.025	961	2.274	1.278
No exterior	-	-	3	-
Total	2.025	961	2.277	1.278
<u>Equivalentes de caixa</u>				
Certificado de depósito bancário	141	137	10.131	17.898
Total	141	137	10.131	17.898
Caixa e equivalentes de caixa	2.166	1.098	12.408	19.176

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações de liquidez imediata, com risco insignificante de modificação do valor e referem-se a recursos aplicados em renda fixa e certificado de depósito bancário. As taxas de remuneração das aplicações financeiras de certificado de depósito bancário têm como parâmetro o Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

3.2 Títulos e valores mobiliários – Restrito

Em 31 de março de 2022 a Companhia possui R\$44 no ativo não circulante, o mesmo saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021, na controladora e no consolidado, referente à garantia locatícia.

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Mercado nacional	15.293	16.172	22.134	22.312
Mercado externo	11.390	2.662	11.835	2.662
	26.683	18.834	33.969	24.974
Menos: estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa	(3.510)	(3.533)	(3.978)	(4.031)
	23.173	15.301	29.991	20.943
Circulante	23.173	15.301	29.991	20.943
Não circulante	-	-	-	-

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, foram revertidos do resultado estimativa para perdas de créditos de liquidação duvidosa no montante R\$23 na controladora e R\$53 no consolidado.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, foram revertidos do resultado estimativa para perdas de créditos de liquidação duvidosa no montante R\$171 na controladora e R\$169 no consolidado.

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Produtos prontos	8.742	6.325	10.250	7.800
Mercadorias para revenda	3.719	4.645	5.527	6.453
Produtos em elaboração	14.651	10.292	27.209	20.374
Matéria-prima e materiais auxiliares	12.101	16.466	26.829	30.529
Perdas com obsolescência de estoques	(6.852)	(6.983)	(24.655)	(24.029)
Total	32.361	30.745	45.160	41.127

No período de três meses findo em 31 de março de 2022 houve reversão de perda com obsolescência de estoques, no montante de R\$131 na controladora e R\$626 no consolidado (em 31 de março de 2021 houve reversão de perda com obsolescência de estoques, no montante de R\$40 na controladora e reversão de R\$1.589 no consolidado), conforme demonstrado na movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Saldo inicial do período	(6.983)	(7.055)	(24.029)	(24.046)
Estimativa de perda	(130)	(213)	(960)	(418)
Reversão	261	285	334	435
Saldo final	(6.852)	(6.983)	(24.655)	(24.029)

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Impostos a Recuperar				
ICMS a recuperar	11.370	10.296	11.527	10.453
Pis e Cofins s/ ICMS	24.365	25.993	27.999	29.627
IPI a recuperar	1.370	1.454	1.597	1.681
PIS a recuperar	43	40	96	95
Cofins a recuperar	199	184	342	331
IRRF a recuperar	11	11	454	434
IRPJ a recuperar	475	383	18.665	20.506
CSLL a recuperar	376	326	2.679	2.607
Outros	1	1	14	7
Total	38.210	38.688	63.373	65.741
Circulante	37.087	37.564	62.241	64.608
Não Circulante	1.123	1.124	1.132	1.133

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- **COFINS, PIS e IPI a recuperar** – decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com outros tributos federais.

- **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** – são decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras e serviços prestados por terceiros. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza ou objeto de pedido de restituição, quando aplicável.
- **ICMS** - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.
- **PIS e COFINS s/ ICMS** – refere-se ao montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado parcial de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Ações vêm sendo tomadas para utilizar esses créditos fiscais acumulados, seja pelo seu consumo na operação, compensação com débitos ou restituição em dinheiro.

7 Outras contas a receber

Em 31 de março de 2022 a Companhia possui os seguintes saldos registrados como outras contas a receber no ativo circulante e não circulante, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Outras contas a receber - circulante				
Outras contas a receber	451	976	1.010	1.522
Procedimento Arbitral - CSL	27.234	25.227	27.234	25.227
Debêntures conversíveis em ações	4.359	4.359	6.626	6.628
Total	32.044	30.562	34.870	33.377
Outras contas a receber - não circulante				
Valores a receber da Luxxon	163	163	6.091	6.091
Total	163	163	6.091	6.091

A Companhia possui contrato de mútuo com a Luxxon Participações Ltda no montante de R\$6.091 em 31 março de 2022, o mesmo saldo foi apresentado em 31 de dezembro de 2021. Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante. Dito contrato não foi objeto de transação na saída da sociedade ocorrida em 15 de janeiro de 2021, permanecendo o crédito hígido, tendo sido concedido à Luxxon um período de carência para a renegociação do seu passivo.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a Companhia reconheceu no balanço o direito de crédito contra a Cordoaria São Leopoldo Ltda e sua sucessora Cordoaria São Leopoldo Original Ltda, referente multa contratual imposta por decisão em Procedimento Arbitral, no valor atualizado de R\$27.234.

8 Investimentos

8.1 Investimentos em controladas e coligadas

	Mipel	Recu	LESP	Finance	LO&G	Lochness	Ilnu	Controladora	
								31/03/2022	31/12/2021
Dados dos investimentos									
Quantidade de ações ou cotas									
Ações ordinárias (mil)	-	3.000	-	-	-	-	97.765		
Cotas do capital social (mil)	34.762	-	-	50	-	-	-		
Percentual de participação	100	95	100	100	5	100	100		
Patrimônio líquido	5.578	192	29.920	91.815	15.955	80.549	97.764		
Resultado no período	(1.701)	-	(548)	375	(73)	4.233	-		
Lucros não realizados	(544)	-	-	-	-	-	-		
Movimentação dos investimentos									
Saldo inicial no período	6.925	232	33.157	112.631	943	89.575	97.764	341.227	331.920
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.234	-	128	-	-	-	-	1.362	3.588
Aumento de capital	-	-	12	-	-	-	-	12	26.757
Resultado de equivalência patrimonial	(1.890)	-	(548)	(9.609)	(4)	4.233	-	(7.818)	(33.648)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(50)	(2.702)	(11.207)	(141)	(13.259)	-	(27.359)	12.610
Saldo final no período	6.269	182	30.047	91.815	798	80.549	97.764	307.424	341.227

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel – Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - Em Recuperação Judicial; Recu - S/A; LESP - Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial; Finance - Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial; LO&G - Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A, Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial e Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda.



LUPATECH S.A.
CNPJ/ME nº 09.463.822/0001-12

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O resultado da equivalência patrimonial é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Em controladas	-	(6.434)	-	-
Total	-	(6.434)	-	-

8.2 Propriedade para Investimento

Atualmente é constituída de terreno e área construída, localizados em Macaé no Rio de Janeiro, onde não existem atividades operacionais. Estas parcelas não utilizadas são reservadas a outra destinação que possa ser mais rentável e eficiente para a Companhia, quais sejam, a locação, o desenvolvimento imobiliário ou a venda a longo prazo.

Em 31 de março de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de propriedades para investimentos é de R\$21.942 no consolidado.

9 Imobilizado

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
		imobilizado líquido	imobilizado líquido	imobilizado líquido	imobilizado líquido
Terrenos	-	3.751	3.751	13.730	13.730
Prédios e construções	2%	5.806	5.851	101.632	101.782
Máquinas e equipamentos	12%	11.498	12.084	13.066	15.103
Moldes e matrizes	19%	579	470	665	560
Instalações industriais	6%	108	79	1.631	1.606
Móveis e utensílios	13%	617	623	853	856
Equipamentos para processamento de dados	12%	248	198	157	115
Benfeitorias	9%	388	328	995	939
Veículos	19%	8	7	120	119
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	101	113	11.320	11.331
Imobilizações em andamento	-	1.220	967	1.929	1.333
Total		24.324	24.471	146.098	147.474

Síntese de movimentação do imobilizado:

Controladora									
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.751	8.269	88.345	1.373	3.921	4.090	967	600	111.316
Adições	-	-	203	-	5	62	399	-	669
Transferências	-	-	31	116	-	-	(147)	-	-
Efeito financeiro capitalizado	-	-	-	-	-	-	1	(11)	(10)
Saldo em 31 de março de 2022	3.751	8.269	88.579	1.489	3.926	4.152	1.220	589	111.975
Controladora									
Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(2.418)	(75.791)	(966)	(3.298)	(3.892)	-	(480)	(86.845)
Adições	-	(45)	(711)	(27)	(11)	(12)	-	-	(806)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito financeiro capitalizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	-	(2.463)	(76.502)	(993)	(3.309)	(3.904)	-	(480)	(87.651)
Controladora									
Imobilizado líquido	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.751	5.851	12.554	407	623	198	967	120	24.471
Saldo em 31 de março de 2022	3.751	5.806	12.077	496	617	248	1.220	109	24.324

Consolidado									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.730	110.032	113.560	5.280	6.743	7.428	1.333	21.572	279.678
Adições	-	-	208	-	21	63	399	-	691
Baixas	-	-	(2.032)	-	-	(5)	-	(21)	(2.058)
Transferências	-	-	31	116	-	-	(147)	-	-
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	-	-	343	-	343
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(10.104)	-	-	-	1	-	(10.103)
Ativos mantidos para venda	-	-	11.315	-	(1)	(2)	-	(1)	11.311
Efeito financeiro capitalizado	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de março de 2022	13.730	110.032	112.978	5.396	6.763	7.484	1.929	21.541	279.853

Consolidado									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(8.250)	(97.897)	(2.735)	(5.887)	(7.313)	-	(10.122)	(132.204)
Adições	-	(150)	(814)	(35)	(23)	(14)	-	(1)	(1.037)
Baixas	-	-	1.206	-	-	-	-	21	1.227
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	4.123	-	-	-	-	-	4.123
Ativos mantidos para venda	-	-	(5.865)	-	-	-	-	1	(5.864)
Saldo em 31 de março de 2022	-	(8.400)	(99.247)	(2.770)	(5.910)	(7.327)	-	(10.101)	(133.755)

Consolidado									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.730	101.782	15.663	2.545	856	115	1.333	11.450	147.474
Saldo em 31 de março de 2022	13.730	101.632	13.731	2.626	853	157	1.929	11.440	146.098



LUPATECH S.A.
CNPJ/ME nº 89.463.822/0001-12

Há bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de passivos em 31 de março de 2022, passivos avaliados na ocasião da penhora, nos seguintes montantes:

Passivo garantido	Imobilizado	
	Controladora	Consolidado
Tributário (execuções fiscais)	14.791	14.949
Empréstimos e financiamentos	35.920	37.937
Total	50.711	52.886

Em 31 de março de 2022, apresentava o saldo de R\$50.711 na controladora e R\$52.886 no consolidado.

10 Intangíveis

	Taxa ponderada de amortização % ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
		líquido	líquido	líquido	líquido
Ágios na aquisição de investimentos (*)	-	61.479	61.479	82.166	82.166
Softwares e outras licenças	20%	855	1.037	900	1.085
Desenvolvimento de novos produtos	20%	1.154	1.237	1.410	1.494
Total		63.488	63.753	84.476	84.745

(*) Na Controladora representa o saldo do ágio das controladas incorporadas.

Síntese de movimentação do intangível:

	Controladora			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.479	13.265	10.228	84.972
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	61.479	13.265	10.228	84.972
	Controladora			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(12.228)	(8.991)	(21.219)
Adições	-	(182)	(83)	(265)
Saldo em 31 de março de 2022	-	(12.410)	(9.074)	(21.484)
	Controladora			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.479	1.037	1.237	63.753
Saldo em 31 de março de 2022	61.479	855	1.154	63.488

	Consolidado			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	79.890	16.352	11.576	107.818
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	79.890	16.352	11.576	107.818

	Consolidado			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.276	(15.267)	(10.082)	(23.073)
Adições	-	(185)	(84)	(269)
Saldo em 31 de março de 2022	2.276	(15.452)	(10.166)	(23.342)

	Consolidado			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	82.166	1.085	1.494	84.745
Saldo em 31 de março de 2022	82.166	900	1.410	84.476

Segue abaixo um resumo da alocação do saldo do ágio por nível de Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágios na aquisição de investimentos			
	Intangível Controladora		Intangível Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Segmento Produtos				
Mípel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda	6.065	6.065	6.065	6.065
Unidade Lupatech Ropes	55.414	55.414	55.414	55.414
Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo – Unidade Fiberware	-	-	20.687	20.687
Total	61.479	61.479	82.166	82.166
Investimento Intangível	61.479	61.479	82.166	82.166

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para os quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”.

Segue abaixo resumo dos valores registrados como perda pela não recuperabilidade do ágio por Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Segmento Produtos				Segmento Serviços		Consolidado Total
	Mípel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda	Unidade Lupatech Ropes	Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo - Unidade Oil Tools	Unidade Tecval	Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Monitoring Systems	Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Oil & Gas	
Ágio na aquisição de investimento	-	125.414	9.149	55.680	9.884	20.687	280.041
Perdas pela não recuperabilidade do ágio	6.065	(70.000)	(9.149)	(55.680)	(9.884)	-	(197.875)
Ágio líquido	6.065	55.414	-	-	-	20.687	82.166
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.065	55.414	-	-	-	20.687	82.166
Reversão de perdas pela não recuperabilidade do ágio	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade do ágio	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2022	6.065	55.414	-	-	-	20.687	82.166

11 Fornecedores

	31/03/2022						31/12/2021					
	Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	5.515	98.873	104.388	5.515	98.873	104.388	5.124	98.802	103.926	5.124	98.802	103.926
Estrangeiros	-	19.872	19.872	-	19.872	19.872	-	21.289	21.289	-	21.289	21.289
(-) Ajuste a valor presente	-	(62.928)	(62.928)	-	(62.928)	(62.928)	-	(64.567)	(64.567)	-	(64.567)	(64.567)
	5.515	55.817	61.332	5.515	55.817	61.332	5.124	55.524	60.648	5.124	55.524	60.648
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial												
Nacionais	8.024	-	8.024	11.763	-	11.763	3.624	-	3.624	6.000	-	6.000
Estrangeiros	564	-	564	564	-	564	47	-	47	47	-	47
	8.588	-	8.588	12.327	-	12.327	3.671	-	3.671	6.047	-	6.047
Total de fornecedores	14.103	55.817	69.920	17.842	55.817	73.659	8.795	55.524	64.319	11.171	55.524	66.695

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% dos créditos quirografários de fornecedores em reais e 70% dos créditos quirografários de fornecedores em moeda estrangeira serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% e 30% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano para a Classe IV em reais e TR + 3,3% ao ano para a Classe III em reais, 0,4% para credores em moeda estrangeira a serem pagos respectivamente 30 dias ou em quatro parcelas trimestrais após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano.

Em 31 de março de 2022, houve registro de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$1.639 (R\$1.969 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial em 31 de março de 2022 é de R\$62.928 (R\$64.567 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

12 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	31/03/2022						31/12/2021					
			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
			Circulante	Não circulante	Total									
Sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.495	40.596	42.091	1.495	40.596	42.091	1.495	40.657	42.152	1.495	40.657	42.152
Capital de giro / expansão			1.495	40.596	42.091	1.495	40.596	42.091	1.495	40.657	42.152	1.495	40.657	42.152
(-) Ajuste a valor presente			-	(20.264)	(20.264)	-	(20.264)	(20.264)	-	(20.647)	(20.647)	-	(20.647)	(20.647)
Credores quirografários	FIXO	3,3% a.a. + TR	1.212	85.916	87.128	1.212	85.916	87.128	1.118	85.624	86.742	1.118	85.624	86.742
Capital de giro / expansão			227	13.840	14.067	227	13.840	14.067	208	13.782	13.990	208	13.782	13.990
Capital de giro / expansão			192	12.256	12.448	192	12.256	12.448	176	12.202	12.378	176	12.202	12.378
Capital de giro / expansão			87	14.144	14.231									
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento			94	5.700	5.794	94	5.700	5.794	86	5.676	5.762	86	5.676	5.762
Debêntures			612	39.976	40.588	612	39.976	40.588	561	39.820	40.381	561	39.820	40.381
(-) Ajuste a valor presente			-	(47.213)	(47.213)	-	(47.213)	(47.213)	-	(47.821)	(47.821)	-	(47.821)	(47.821)
Moeda estrangeira														
Credores quirografários	FIXO	0,4% a.a.	-	-	-	816	70.638	71.454	-	-	-	748	83.466	84.214
Noteholders			-	-	-	816	70.638	71.454	-	-	-	748	83.466	84.214
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(37.589)	(37.589)	-	-	-	-	(50.692)	(50.692)
			2.707	59.035	61.742	3.523	92.084	95.607	2.613	57.813	60.426	3.361	90.587	93.948
Não sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Capital de giro / expansão	TJLP	4,86% a.m.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648
Títulos descontados com co-obrigação	FIXO	1,24% a.m.	3.617	-	3.617	12.372	-	12.372	6.313	-	6.313	6.501	-	6.501
Títulos de Crédito	FIXO	1,15 ½ a.m.	3.977	-	3.977	13.968	-	13.968	2.000	-	2.000	17.000	-	17.000
Cheque especial	FIXO	6,00% a.m.	288	-	288	269	-	269	201	-	201	202	-	202
Moeda estrangeira														
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519
			20.130	-	20.130	37.796	-	37.796	14.762	-	14.762	34.870	-	34.870
			22.837	59.035	81.872	41.319	92.084	133.403	17.375	57.813	75.188	38.231	90.587	128.818



LUPATECH S.A.
CNPJ/ME nº 89.463.822/0001-12

De acordo ao plano de Recuperação Judicial em vigor, 35% dos créditos com garantia real sujeitos à Recuperação Judicial devem ser pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 65% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano, a serem pagos 30 dias após o vencimento da última parcela do principal, conforme proposto nos termos de pagamentos dos credores com garantia real do novo Plano.

No caso dos créditos quirografários de empréstimos e financiamentos listados em reais, de acordo com plano de Recuperação Judicial em vigor, 50% serão pagos por meio da dação em pagamento de bônus de subscrição e os 50% restantes serão pagos em dinheiro no prazo de 15 anos, com acréscimo de juros e correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano, a serem pagos quatro parcelas trimestrais após o vencimento da última parcela do principal, conforme aprovado nos termos de pagamentos dos credores quirografários do novo Plano.

O pagamento dos créditos quirografários dos *Noteholders*, serão realizados mediante pagamento de 30% do valor do respectivo crédito quirografário, incluindo principal, juros incorridos atualizados a taxa de 0,4% e variação cambial, e pagamento de 70% do valor do respectivo crédito quirografário, equivalentes ao saldo restante do principal, por meio da dação em pagamento de Bônus de Subscrição (*Warrants*).

Em 31 de dezembro de 2021, houve registro de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$991 na controladora (R\$4.203 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$14.094 no consolidado (R\$12.725 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de ajuste a valor presente sobre os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial em 31 de março de 2022 é de R\$67.477 (R\$68.468 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$105.066 (R\$119.160 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado, considerando a taxa de desconto de 13,65% ao ano.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão conforme segue:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
2022	1.724	1.596	2.283	2.331
2023	1.903	1.765	2.665	2.767
2024	3.138	2.907	4.256	4.377
2025	3.806	3.529	5.330	5.533
2026	1.930	2.539	6.094	6.405
A Partir de 2027	46.534	45.477	71.456	69.175
	59.035	57.813	92.084	90.588

As garantias dos empréstimos e financiamentos foram concedidas conforme abaixo, com posição em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

		31/03/2022				31/12/2021			
		Valor da garantia							
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)	Saldo Contábil (*)	Valor de avaliação (**)
Sujeito e não sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional		Garantia							
Capital de giro / expansão	Hipoteca / edificações	33.281	117.165	33.906	139.107	33.288	117.165	33.913	139.107
Capital de giro / expansão	Máquinas e equipamentos	2.639	2.540	4.031	5.005	2.639	2.540	4.171	5.005
		<u>35.920</u>	<u>119.705</u>	<u>37.937</u>	<u>144.112</u>	<u>35.927</u>	<u>119.705</u>	<u>38.084</u>	<u>144.112</u>

* Valores líquidos de depreciação.

** Avaliação conforme laudos elaborados pela Appraisal Avaliações e Engenharia Ltda.

As *Notes* e as Debêntures são tratados como empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, onde possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3,3% ao ano em reais, conforme determinação para pagamento desses credores no Novo Plano de Recuperação Judicial.

13 Partes relacionadas

13.1 Controladora

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

		Controladora					
		Lochness	Mipel Sul	Lupatech Finance	LESP	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO							
CIRCULANTE							
	Duplicatas a receber	-	30	-	-	30	25
	Outras contas a receber	80	797	-	18.816	19.693	19.588
NÃO CIRCULANTE							
	Mútuos e empréstimos	13.579	-	-	-	13.579	15.983
		<u>13.659</u>	<u>827</u>	<u>-</u>	<u>18.816</u>	<u>33.302</u>	<u>35.596</u>
PASSIVO							
CIRCULANTE							
	Duplicatas a pagar	-	-	-	3.469	3.469	881
	Outras contas a pagar	9.759	-	1.251	9.171	20.181	17.977
	Mútuos e empréstimos	11.036	-	-	-	11.036	12.999
NÃO CIRCULANTE							
	Mútuos e empréstimos	-	-	128.570	-	128.570	151.377
	Outras contas a pagar	29.853	-	-	-	29.853	35.163
		<u>50.648</u>	<u>-</u>	<u>129.821</u>	<u>12.640</u>	<u>193.109</u>	<u>218.397</u>
						31/03/2022	31/03/2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO							
	Vendas de produtos	-	-	-	-	-	-
	Compras de produtos	-	2.015	-	-	2.015	1.121
	Receitas financeiras	11	-	-	-	11	10
	Despesas financeiras	-	-	185	-	185	224
	Variação cambial	-	-	14.503	-	14.503	2.723
		<u>11</u>	<u>2.015</u>	<u>14.688</u>	<u>-</u>	<u>16.714</u>	<u>4.078</u>

Controladora							
Data transação	Duração	Taxa de juros	Montante envolvido R\$	Saldo existente US\$	31/03/2022	31/12/2021	
Mútuos ativos							
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	19.502	2.796	13.245	15.601
Contrato 2	dez-14	Indeterminado	12,000% a.a.	288	70	334	382
				19.790	2.866	13.579	15.983
Mútuos passivos							
Moeda estrangeira							
Contrato 3	jan-18	Indeterminado	0,4%a.a	227.331	27.137	128.570	151.377
Contrato 4	dez-21	Indeterminado	-	11.972	2.329	11.036	12.999
				239.303	29.466	139.606	164.376

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

Os contratos de mútuos e empréstimos em moeda estrangeira entre Controladora e Lupatech *Finance* estão apresentados em 31 de março de 2022 pelo montante líquido de R\$128.570 (saldo remanescente de R\$151.377 em 31 de dezembro de 2021) no passivo da Controladora.

a. Avais concedidos

As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, resumindo-se as transações comerciais ordinárias (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição.

b. Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados monetariamente pela taxa mensal DI-Cetip de captação no mercado.

13.2 Pessoal chave da Administração

a. Remuneração da Administração

O valor de R\$872 na controladora e no consolidado, (R\$2.240 na controladora e R\$1.639 no consolidado no mesmo período de 2021) compreende a remuneração fixa e valores correspondentes a remuneração variável. Esta remuneração variável registrada no período de 2021 se refere a valores originariamente contratados nas remunerações dos exercícios de 2019 e 2020, que se encontravam provisionados nos resultados dos respectivos exercícios, e cujo crédito foi apurado e autorizado pelo Conselho de Administração em março de 2021.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2022, foi aprovada a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022 no montante de até R\$6.335, sendo assim distribuídos: (i) até R\$3.029 para a remuneração fixa global da Diretoria, incluindo benefícios e encargos; (ii) até R\$2.123 para a remuneração variável global da Diretoria; e (iii) até R\$1.183 para a remuneração fixa global do Conselho de Administração.

14 Imposto de renda e contribuição social

Para as empresas sediadas no Brasil, dependendo da situação de cada empresa, se tributadas pelo lucro real, à provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. As

empresas tributadas com base no lucro presumido calculam o imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e contribuição social à alíquota de 9%, sobre um lucro estimado de 8% a 32% para imposto de renda e 12% para contribuição social aplicados sobre o faturamento bruto de vendas e serviços das controladas, observadas as normas fiscais em vigor.

A Lupatech S/A e suas controladas e coligadas possuem R\$1.850.662 de prejuízo fiscal acumulado até dezembro de 2021.

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2022 na controladora e no consolidado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes existentes são apresentados conforme quadro abaixo:

Passivo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ajuste a valor presente de fornecedores, multas, empréstimos e debêntures	(31.036)	(31.662)	(39.983)	(43.727)
Custo Atribuído	-	-	(2.975)	(2.975)
Outros	(557)	(283)	(557)	(282)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(31.593)	(31.945)	(43.515)	(46.984)

Encontram-se registrados no resultado em 31 de março de 2022, imposto de renda e contribuição social diferidos, referente ao resultado de três meses findo nesta data, nos montantes de R\$268 (receita) na controladora e R\$3.387 (receita) no consolidado (R\$238 (receita) na controladora e R\$860 (despesa) no consolidado referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021).

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	14.565	(43.002)	11.452	(41.895)
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	7.818	(6.434)	-	-
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(131)	-	626	-
(Reversão) Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	1.738	(963)
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	(23)	171	53	169
Provisão de perdas de contingências	480	342	575	16.921
Despesas não dedutíveis	2	-	39	-
Ajuste a valor presente	2.630	1.000	15.733	(3.611)
Investimento avaliado pelo valor de patrimônio	-	(50.055)	-	(50.055)
Provisão de juros sobre fornecedores	29	(5)	46	17
Provisão de variação cambial	(29.674)	16.156	(32.845)	16.909
Outros	(1.438)	9.964	(6.258)	(17.671)
Base de cálculo	(5.742)	(71.863)	(8.841)	(80.179)
Imposto de renda e contribuição social correntes de controladas	-	-	(6)	(9)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	351	238	3.470	(860)

15 Processos contingentes e depósitos judiciais

15.1 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia, discute questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em

montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

		Controladora		Consolidado	
		Expectativa de perda		Expectativa de perda	
		Possível	Provável	Possível	Provável
Tributários (i)					
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(i.1)	85.670	-	87.321	-
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro líquido	(i.2)	2.107	-	7.519	-
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(i.3)	11.259	-	59.262	-
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	(i.4)	-	-	6.798	-
IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	(i.5)	53.449	-	53.449	-
IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados		851	-	851	-
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social		-	-	554	-
ISS - Imposto sobre Serviços	(i.6)	-	-	7.449	166
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	1.159	-
Outras provisões tributárias	(i.7)	1.058	758	42.687	842
		154.394	758	267.049	1.008
Trabalhistas (ii)					
		3.278	2.874	24.883	24.131
Cíveis (iii)					
		32.545	988	58.285	9.241
Total em 31 de março de 2022		190.217	4.620	350.217	34.380
Total em 31 de dezembro de 2021		190.089	4.140	332.277	33.786

Estes valores abrangem a totalidade das empresas do Grupo e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamentos ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

A provisão para recursos envolvidos nas demandas judiciais nos montantes acima expostos (R\$4.620 na controladora e R\$34.380 no consolidado em 31 de março de 2022 e R\$4.140 na controladora e R\$33.786 no consolidado em 31 de dezembro de 2021) e referentes às esferas abaixo elencadas leva em conta a probabilidade de perda provável, sendo esta, configurada quando uma saída de benefícios econômicos é presumível diante da matéria discutida, dos julgamentos havidos em cada demanda e do entendimento jurisprudencial de cada caso.

As demandas com probabilidade de perda possível estão excluídas da provisão.

A movimentação do saldo da provisão, em 31 de março de 2022 é conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total
Total em 31 de dezembro de 2021	758	2.885	497	4.140	1.160	24.336	8.290	33.786
Adições no período	-	-	491	491	1	112	3.253	3.366
Baixas no período	-	(11)	-	(11)	(153)	(317)	(2.302)	(2.772)
Total em 31 de março de 2022	758	2.874	988	4.620	1.008	24.131	9.241	34.380

As demandas judiciais são divididas em três esferas, sendo elas:

(i) *Contingências tributárias*

Discussões envolvendo tributos na esfera estadual e federal, dentre estes IRPJ, PIS, COFINS, INSS, ICMS e IPI. Existem processos em todas as fases processuais, desde a instância inicial até as Cortes Superiores, STJ e STF. Os principais processos e valores são conforme abaixo:

Principais processos contingentes classificados como de perda possível em 31 de março de 2022

- (i.1) Ação Anulatória do Estado do Rio Grande do Sul que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS. Processo distribuído em 28 de abril de 2017, sujeito a perda possível de R\$68.699.

Execução fiscal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de ICMS na importação. Processo distribuído em 22 de outubro de 2015, sujeito a perda possível de R\$7.364.

Ação Anulatória ajuizada contra o Estado de São Paulo, distribuída em 22 de outubro de 2015, com o objetivo de desconstituir dívida de ICMS. Processo sujeito a perda possível de R\$3.936.

- (i.2) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, distribuído em 13 de julho de 2011, referente à cobrança de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento. Processo sujeito a perda possível de R\$2.198.

Auto de infração lavrado pela União Federal, distribuído em 14 de dezembro de 2018, referente à cobrança das multas lançadas em decorrência do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processo sujeito a perda possível de R\$2.658.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em decorrência de Manifestação de Inconformidade. Processo distribuído em 23 de julho de 2014, sujeito a perda possível de R\$2.047.

- (i.3) Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro no ano calendário 2010. Processo distribuído em 10 de novembro de 2014, sujeito a perda possível de R\$15.571.

Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010. Processo distribuído em 15 de abril de 2020, sujeito a perda possível de R\$5.974.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em razão de supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício de 2013. Processo distribuído em 06 de outubro de 2016, sujeito a perda possível de R\$27.542.

Execução fiscal, em que se discute o arbitramento de lucro para fins da exigência do IRPJ. Processo distribuído em 29 de junho de 2018, sujeito a perda possível de R\$2.722.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório. Processo distribuído em 23 de julho de 2014, sujeito a perda possível de R\$5.285.

- (i.4) Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado para cobrança de créditos de Contribuição Previdenciária. Processo distribuído em 20 de dezembro de 2007, sujeito a perda possível de R\$4.980.

- (i.5) Execução Fiscal da Fazenda Nacional, referente à cobrança de débito de IRRF. Processo distribuído em 21 de janeiro de 2016, sujeito a perda possível de R\$53.449.

- (i.6) Execução Fiscal do Município de Três Rios – RJ, para cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014. Processo distribuído em 10 de dezembro de 2015, sujeito a perda possível de R\$3.483.

- (i.7) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS incidentes nas importações declaradas. Processo distribuído em 23 de janeiro de 2020, sujeito a perda possível de R\$2.364.

Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processos sujeitos a perda possível de R\$17.058.

Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS incidentes nas importações declaradas. Processos sujeitos a perda possível de R\$15.525.

(ii) *Contingências trabalhistas*

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza trabalhista referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, danos materiais e morais, insalubridade e periculosidade, entre outros.

(iii) *Contingências cíveis*

As principais discussões nesta área, classificados como perda possível em 31 de março de 2022 estão relacionadas a:

- (iii.1) Ação ordinária de obrigação movido por Weatherford Indústria e Comércio Ltda. e Weus Holding INC na esfera de propriedade industrial. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$624, como perda possível de R\$2.080 e remota de R\$52.024. Processo distribuído em 14 de julho de 2008.
- (iii.2) Ação de regresso por perdas e danos e ação indenizatória propostas pela empresa Aeróleo Táxi Aéreo S/A, sujeita a perda possível de R\$3.232. Processo distribuído em 01 de novembro de 2013.
- (iii.3) Ação declaratória recursal da Petrobrás, visando a redução de penalidade contratual aplicada pela contratante. Processo distribuído em 14 de março de 2014, sujeito a perda possível de R\$7.200.
- (iii.4) Ação de Busca e Apreensão movida pelo BNDES -Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico contra Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial. Processo distribuído em 20 de outubro de 2015, sujeito a perda possível de R\$29.903.

Trata-se de ação que visa promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às referidas empresas do Grupo Lupatech.

Em razão da recuperação judicial do Grupo Lupatech, em 1º de fevereiro de 2017, o juízo da 5ª Vara Federal de São Paulo, no qual se processa a ação de busca e apreensão, determinou a suspensão de todos os atos expropriatórios e submeteu ao juízo da recuperação judicial a análise acerca da essencialidade de referidas máquinas e equipamentos para as operações do Grupo Lupatech. Os bens pertencem às unidades de Macaé, Pojuca e Nova Odessa. A ação de busca e apreensão permanece em tal situação desde então.

Nos autos da recuperação judicial, com exceção dos bens pertencentes à unidade de Macaé, os demais foram declarados pelo juízo como essenciais para as operações do Grupo Lupatech, obstando sua retirada. Posteriormente, extrapolados os prazos recursais, o BNDES voltou a exigir a retomada da busca e apreensão. O novo pedido do BNDES foi acolhido pelo juízo da Recuperação e subsequentemente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, mas veio finalmente a ser obstado pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou ao juízo da Recuperação Judicial a indicar outros meios, que não a apreensão dos bens, para que seja satisfeito o crédito do BNDES.

Não obstante, o Grupo Lupatech também questiona nos autos da recuperação judicial (i) a higidez da garantia, em razão da existência de vícios na sua constituição, bem como (ii) o efetivo valor do crédito do BNDES acobertado pela alienação fiduciária (caso existente) de máquinas e equipamentos.

O Administrador Judicial manifestou parecer favorável à posição da Companhia no sentido de que o crédito a ser considerado como extraconcursal em favor do BNDES equivale ao valor de liquidação forçada das máquinas e equipamentos, estimado em aproximadamente R\$3,5 milhões. Já o Ministério Público, no que tange ao mérito, opinou pela não implementação da condição precedente para a constituição da garantia de alienação fiduciária. Sem adentrar o mérito, o juízo da Recuperação decidiu pela impossibilidade da impugnação retardatária. Por essa razão, foi interposto recurso de agravo de instrumento perante a 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do qual a companhia requereu o reconhecimento da possibilidade de ajuizar impugnações de crédito retardatárias e, no mérito, que fosse reconhecida a integral concursalidade do crédito do BNDES em razão da ineficácia da garantia fiduciária já que não houve a implementação da condição suspensiva dos contratos celebrados com o BNDES ou, subsidiariamente, que a extraconcursalidade do crédito fosse limitada ao valor de liquidação forçada dos bens objetos da alienação fiduciária. Julgado o recurso, o TJSP entendeu por julgá-lo parcialmente provido para reconhecer a possibilidade de ajuizamento de impugnações retardatárias e, no mérito, para reconhecer que a extraconcursalidade do crédito do BNDES está limitada ao valor obtido com a excussão dos bens objeto da garantia fiduciária. O acórdão foi objeto de recurso especial, o qual está pendente de admissibilidade pelo TJSP para posterior remessa e distribuição ao Superior Tribunal de Justiça.

As principais discussões nesta área, classificados como perda provável em 31 de março de 2022 estão relacionadas a:

- (i) Ação declaratória promovida em face da Petrobras, visando a redução de penalidade contratual aplicada pela contratante. Processo distribuído em 14 de março de 2014, sujeito a perda provável de R\$3.467.

15.2 Ativos Contingentes

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas não registradas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho.

	Probabilidade de ganho provável	
	Controladora	Consolidado
Tributários (i)	4.663	5.450
Cíveis (ii)	50.000	50.000
Total em 31 de março de 2022	54.663	55.450
Total em 31 de dezembro de 2021	79.913	80.683

(i) **Ativos Contingentes Tributárias**

O Grupo Lupatech possui demandas judiciais pleiteando o reconhecimento da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A matéria foi decidida pelo STF em repercussão geral, pelo que a empresa espera que esses processos tramitem com decisões favoráveis. Por ainda serem objeto de disputa, mantém-se o tratamento contábil de parte dos ativos contingentes até que estejam presentes os elementos para reconhecer os créditos tributários correspondentes.

O montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado parcial de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, consta na nota explicativa nº 6.

(ii) **Ativos Contingentes Cíveis**

- Procedimento arbitral movido contra a GP *Investments*/San Antonio Internacional e seus veículos:

A Companhia tem direito a ser ressarcida ao limite nominal de R\$50.000 referente a prejuízos que venha a incorrer em decorrência de eventuais contingências não conhecidas, conforme cláusula de indenizações prevista no Acordo de Investimento. Em 4 de abril de 2017, a Companhia apresentou perante a Câmara de Arbitragem do Mercado requerimento de instauração de arbitragem contra a GP *Investments* e seus veículos buscando o ressarcimento pelas perdas incorridas pela Companhia e oriundas de (i) contingências não conhecidas das Sociedades San Antonio, e (ii) descumprimento de obrigações e quebra de declarações e garantias. Também é pleiteada na arbitragem a majoração do limite nominal de R\$50.000 para as indenizações.

Em 22 de fevereiro de 2021, a Companhia foi cientificada de Sentença Parcial proferida pelo Tribunal Arbitral, a qual proveu parte substancial dos pleitos formulados na Arbitragem, e especificamente (i) determinou responsabilidades, (ii) liquidou parte dos pedidos e (iii) acolheu o pleito para majoração do limite nominal de R\$50 milhões. A Arbitragem prossegue em fase de liquidação de sentença para apuração dos valores das condenações remanescentes. Uma vez sentenciados e liquidados, os valores constituem título executivo judicial.

Em 25 de março de 2021 a Companhia recebeu a quantia de R\$5.222 em decorrência do cumprimento voluntário da sentença parcial proferida no âmbito do processo arbitral em trâmite.

Atualmente, o procedimento arbitral encontra-se em fase de liquidação de sentença com relação aos demais pleitos formulados pela Lupatech, excluindo-se o valor já pago pelo cumprimento voluntário da sentença.

15.3 Depósitos Judiciais

A Companhia apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais, em 31 de março de 2022, que estão atrelados aos passivos contingentes:

	Depósitos judiciais	
	Controladora	Consolidado
Contingências tributárias	1	805
Contingências trabalhistas	1.486	8.054
Contingências cíveis	413	1.565
Total em 31 de março de 2022	1.900	10.424
Total em 31 de dezembro de 2021	1.915	10.456

16 Impostos a Recolher

Impostos a recolher - Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Parcelamento Ordinário (PIS/COFINS/Contribuição Previdenciária)	737	429	1.271	773
Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020	3.270	3.037	4.796	4.351
Parcelamento Recuperação Judicial	901	1.025	1.130	1.381
Parcelamento INSS	-	-	18	18
Parcelamento SESI/SENAI	-	-	8	11
INSS	1.839	1.950	2.452	2.448
IRRF	523	715	576	764
CSLL	37	34	44	40
COFINS	590	774	885	1.160
PIS	281	322	364	424
IPI	-	-	771	541
FGTS	2.680	2.568	4.143	4.010
ICMS	83	96	1.229	1.184
Outros impostos diversos	75	82	586	688
Total	11.016	11.032	18.273	17.793

Impostos a recolher - Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Parcelamento INSS	516	516	580	580
Parcelamento IRPJ	7.691	7.691	7.691	7.691
Parcelamento CSLL	2.837	2.837	2.837	2.837
Parcelamento COFINS	1.415	1.415	1.415	1.415
Parcelamento ICMS	-	-	1.615	1.586
Parcelamento Ordinário (PIS/COFINS/Contribuição Previdenciária)	3.917	2.718	5.698	3.840
Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020	18.205	18.827	24.239	24.739
Parcelamento Recuperação Judicial	1.283	1.499	3.833	4.139
Parcelamento ISS	5	6	409	423
Parcelamento SESI/SENAI	-	-	21	16
Outros impostos diversos	87	98	679	1.260
	35.956	35.607	49.017	48.526
Depósitos judiciais vinculados ao parcelamentos de IRPJ/CSLL	(12.459)	(12.459)	(12.459)	(12.459)
Total	23.497	23.148	36.558	36.067

Em 14 de novembro de 2017, a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas do Grupo Lupatech ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017, reorganizando, por meio dessa ação, o montante de R\$123.000 de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000. Devido a questões operacionais do processo de adesão, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram ainda consolidados. Isto decorre de uma questão operacional/sistêmica da Receita Federal – os passivos que não se encontrem listados nos sistemas disponibilizados para o processamento pelos contribuintes têm de ser tratados manualmente. No caso da Companhia, um grande número de processos, em especial aduaneiros, foram abarcados nesse contexto. A companhia tomou

tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas por seus consultores tributários para assegurar o direito ao processamento da adesão.

No exercício de 2021, aproveitando-se dos favores introduzidos na modalidade Transação Excepcional Lei 13.988/2020 (Portaria PGFN Nº 14.402/2020) e Lei 14.112/2020, a Companhia reorganizou o montante de R\$35.050 de seu passivo relacionado a obrigações Previdenciárias e Fazendárias, gerando um benefício direto ao Grupo Lupatech com descontos em juros, multas e encargos no montante de R\$19.477. A adesão exigiu pagamento de pedágio de R\$93 em espécie com liquidação do restante em até 120 parcelas. Na modalidade RJ no âmbito da RFB, tal adesão concedeu o direito de liquidação de 30% da dívida consolidada com utilização de créditos oriundos de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$9.085.

17 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	Capital Social
	Mil	RS
Saldo em 31 de dezembro de 2021	29.117	1.897.348
Emissão de novas ações - exercício de bônus de subscrição	94	83
Saldo em 31 de março de 2022	29.211	1.897.431

Conforme atas de reuniões divulgadas no período de três meses findo em 31 de março de 2022, o Conselho de Administração homologou aumento de Capital Social da Companhia por meio do exercício de bônus de subscrição para a aquisição de 94 ações ordinárias. O aumento realizado no período foi de R\$83.

b. Dividendos

Aos acionistas é prevista, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Em 31 de março de 2022 o saldo de ajuste a avaliação patrimonial é de R\$177.310 (R\$204.671 em 31 de dezembro de 2021).

d. Reserva de capital a realizar

Em 29 de outubro de 2018 a Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial comunicou aos seus acionistas e ao público em geral que seu Conselho de Administração aprovou a 1ª Emissão de Bônus de Subscrição em série única e onerosa no montante de R\$340.453. A emissão ocorreu no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e demais sociedades de seu grupo, para promover o

pagamento dos credores das Classes II, III e IV da Recuperação Judicial cujos créditos vierem a integralizar os Bônus de Subscrição.

Foram emitidos, o total, de 3.404.528 de bônus de subscrição, à proporção de 1 bônus para cada R\$100,00 (cem reais) em dívida. Os bônus foram subscritos e integralizados no dia 11 de dezembro de 2018 (“Prazo para Subscrição”).

Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 por Ação.

Seguindo o Plano de Recuperação Judicial, do total emitido, R\$326.746 foram destinados aos credores sendo que parte remanesce em poder da Companhia até que operacionalmente seja possível a entrega aos credores, sendo registrado uma reserva de capital a realizar de R\$2.875. O saldo remanescente de R\$13.707 refere-se a reserva subscrita para contingências ilíquidas sujeitas à Recuperação.

Devido ao aditivo do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente em 26 de novembro de 2020 os credores de moeda estrangeira tiveram uma alteração no percentual de pagamento em bônus de subscrição passando de 50% para 70%. Desta forma, com o fim exclusivo de cumprir com as normativas contábeis, a Companhia aplicou as disposições do ICPC 16. Assim, os valores de passivo trocado por bônus de subscrição no valor de R\$35.121 e o ajuste a valor justo estimado de R\$34.384 foram registrados como reserva de capital a realizar no montante líquido de R\$736.407.

No período de três meses findo em 31 de março de 2022, para a aquisição de 94.457 ações ordinárias da Companhia foram exercidos 94.457 Bônus de Subscrição.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Gestão de Riscos Financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo os princípios estabelecidos, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A tesouraria do Grupo identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos. A implementação de dispositivos para proteção dos riscos através da contratação de instrumentos financeiros se subordina à liquidez da companhia e à disponibilidade de limites de crédito junto às potenciais contrapartes.

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Administração estabeleceu princípios de gestão de risco cambial que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional. As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de contratação de derivativos cambiais, comumente utilizados na gestão do risco cambial.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuíam ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

Itens	Valores em US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	69	69	619	69
Contas a receber	2.462	-	2.462	-
Outros ativos	-	-	8.219	12.372
Partes relacionadas - Ativo	2.866	2.864	-	-
Empréstimos	(256)	(218)	(15.613)	(15.542)
Partes relacionadas - Passivo	(29.466)	(29.455)	-	-
Outros passivos	-	-	(162)	(38)
Exposição líquida em dólar norte-americano	(24.325)	(26.740)	(4.475)	(3.139)

Em 31 de março de 2022, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$4,7378 (US\$1,00 = R\$5,5805 em 31 de dezembro de 2021). Se a moeda real se desvalorizar 10% em relação ao dólar norte-americano oficial de encerramento do exercício, sendo mantidas todas as demais variáveis, o impacto no resultado é uma perda de aproximadamente R\$7.664 na controladora e R\$697 no consolidado.

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos:

Conforme citado acima, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o “Real”), principalmente ao dólar norte-americano em seus empréstimos e financiamentos. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2022: 13%

US\$: 5,02

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2022: Aumento para 16,3%

US\$: 6,28

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2022: Aumento para 19,5%

US\$: 7,54

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Operação	Risco	Cenário conforme definição acima					
		Controladora			Consolidado		
		Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	(79)	425	770	3.769	4.734	13.237
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	(299)	56	67	77	96	115
Contratos mútuos e financiamentos	Alta do dólar	(8.457)	45.601	82.746	-	-	-
Total (ganho) perda		(8.835)	46.082	83.583	3.846	4.830	13.352

As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de gestão do risco cambial.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos do Grupo às taxas variáveis são principalmente mantidos em “Reais”. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota as práticas de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas, visando adequá-las ao mercado.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, considerando o perfil do endividamento do Grupo em 31 de março de 2022, o impacto sobre o resultado, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juros variáveis, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, corresponderia um aumento aproximado de R\$1.627 no ano da despesa com juros.

As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam significativamente as possibilidades de gestão do risco de taxa de juros.

(iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nossas receitas apresentam montantes envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu no período de três meses findo em 31 de março de 2022 cerca de 40% (41 % no período de três meses findo em 31 de março de 2021) das receitas totais da Companhia e suas controladas.

(iv) *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria busca obter flexibilidade na captação mediante linhas de crédito compromissadas quando viável a sua contratação.

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

18.2 Estimativa do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação, em 31 de março de 2022:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.166	2.166	12.408	12.408
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44

b. Empréstimos e financiamentos

O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia e a avaliação indica que os valores de mercado, em relação aos saldos contábeis, são conforme abaixo, em 31 de março de 2022:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos Não RJ	6.536	6.432	11.456	11.337
Títulos descontados com co-obrigação Não RJ	9.617	9.617	12.372	12.372
Títulos de crédito	3.977	3.977	13.968	14.250
Empréstimos e financiamentos RJ	61.742	61.742	95.607	95.607
Total	81.872	81.768	133.403	133.566

18.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado
Ativos financeiros				
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	23.173	23.173	15.301	15.301
Caixa e equivalentes de caixa	2.166	2.166	1.098	1.098
Partes relacionadas	33.302	33.302	35.596	35.596
Total	58.685	58.685	52.039	52.039

	Controladora					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado
Passivos financeiros						
Empréstimos	61.742	20.130	81.872	60.426	14.762	75.188
Fornecedores	61.332	8.588	69.920	60.648	3.671	64.319
Partes relacionadas	-	193.109	193.109	-	218.397	218.397
Total	123.074	221.827	344.901	121.074	236.830	357.904

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado
Ativos financeiros				
Titulos e valores mobiliários	44	44	44	44
Contas a receber de clientes	29.991	29.991	20.943	20.943
Caixa e equivalentes de caixa	12.408	12.408	19.176	19.176
Total	42.443	42.443	40.163	40.163

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado	Sujeitos a Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Valor Justo por Meio de Resultado
Passivos financeiros						
Total lista de credores		Passivos financeiros ao custo amortizado		Total lista de credores	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Empréstimos	95.607	37.796	133.403	93.948	34.870	128.818
Fornecedores	61.332	12.327	73.658	60.648	6.047	66.696
Total	156.939	50.123	207.061	154.596	40.917	195.514

19 Cobertura de Seguros

É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade “Compreensivo Empresarial”. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral e seguro de vida, conforme demonstrado abaixo:

Finalidade de seguro	Importância segurada	
	31/03/2022	
- Seguro compreensivo empresarial	R\$	90.354
- Seguro de vida	R\$	54.898
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$	24.216
- Seguro de frota internacional *	US\$	400

* Valor em US\$ mil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20 Plano de opção de compra de ações – “Stock option”

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações cujos principais objetivos são os seguintes:

- Estimular a retomada dos níveis históricos de atividade operacional da Companhia e o atendimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos para alinhamento dos interesses e objetivos dos profissionais chave da Companhia com seus acionistas, em especial o cumprimento das obrigações contidas no seu Plano de Recuperação Judicial;
- Possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de seus profissionais chave, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, possibilitando e

incentivando a subscrição de ações com créditos detidos contra a Companhia oriundos de remuneração, fixa ou variável, com a consequente preservação do caixa; e

- Promover o bom desempenho da Companhia e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus profissionais chave.

São dois os Planos de Outorga em vigor:

- Plano 2017, aprovado pela AGE de 12 de abril de 2017, que autorizou a outorga de opções equivalentes a até 10% do capital social da Companhia. Todas as outorgas previstas no âmbito deste plano já foram realizadas, havendo exercícios pendentes.
- Plano Incentivado 2020, aprovado pela AGE de 18 de agosto de 2020, que deliberou a outorga de até 2.550.000 ações ordinárias de emissão da Companhia.

As outorgas realizadas até 31 de março de 2022 constam na tabela a seguir:

Outorgas	Plano 2017			Plano 2020		
	Quantidade	Preço de Exercício	Prazo Máximo de Exercício	Quantidade	Preço de Exercício	Prazo Máximo de Exercício
Membros da Administração	1.455.028	1,18	26/04/2024	1.143.000	1,78	02/09/2025
	1.129.630	1,35	24/06/2027			
Outros Beneficiários				480.000	3,99	30/11/2025
				51.250	4,44	30/11/2026

Em 30 de Abril de 2021 e 19 de Agosto de 2021, o Conselho de Administração deliberou por ajustes as outorgas de opções em razão e eventos societários subsequentes, bem como acolheu o exercício de opções por membros da administração.

De acordo com a RCA de 10 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou aos beneficiários uma nova outorga de até 51.250 opções de compra de ações ordinária da Companhia, no âmbito do Plano Incentivado de 2020.

Computados as alterações e exercícios, remanescem as seguintes opções outorgadas e não exercidas:

Opções Remanescentes	Exercíveis	Ainda não Exercíveis (prazo)	Condicionadas
Rafael Gorenstein			
Plano 2017 - 1ª outorga	709.656	-	241.805
Plano 2017 - 2ª outorga	306.262	459.394	120.903
Plano 2020	860.000	-	-
Paulo Prado da Silva			
Plano 2017	431.026	-	72.541
Plano 2020	-	-	-
João Marcos C. Feiteiro			
Plano 2017	77.884	116.825	48.362
Plano 2020	283.000	-	-
Outros Beneficiários			
Plano 2017	-	-	-
Plano 2020	-	531.250	-

No âmbito dos Planos 2017 e 2020, a obtenção do direito de exercício da Opção se dá em parcelas sucessivas e anuais de 20%, sendo a primeira parcela exercível a partir da data da assinatura do Contrato, totalizando, portanto, 4 anos para a aquisição do direito sobre o total da quantidade de Opções.

Em todos os Planos há previsão da possibilidade de ajustes de termos e condições das opções em razão de determinados eventos societários subsequentes.

21 Demonstração da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	21.271	21.032	24.135	23.047
No exterior	9.456	145	9.995	289
	30.727	21.177	34.130	23.336
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(3.506)	(3.875)	(4.016)	(4.255)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	27.221	17.302	30.114	19.081

22 Lucro (Prejuízo) por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

Itens	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	14.916	(42.764)
(-) Participação não controladores	-	-
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	14.916	(42.764)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	12.986	16.501
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	1,15	(2,59)

b. Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão em ações ordinárias dos instrumentos que possam ocasionar diluição.

Os instrumentos patrimoniais têm efeito diluidor quando resultarem na emissão de ações por valor inferior ao preço vigente da ação.

Em 31 de março de 2022 foram verificados os efeitos dilutivos referentes às opções de compra de ações, conforme nota explicativa nº 20, aos bônus de subscrição dos credores sujeitos à Recuperação Judicial conforme nota explicativa nº 1.2.

23 Resultado financeiro

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	4	-	102	51
Rendimentos de contratos de mútuo	11	10	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	4.611
Variação monetária	214	-	371	229
Procedimento Arbitral - CSL	2.007	-	2.007	-
Outras receitas financeiras	15	10	18	20
Total receitas financeiras	2.251	20	2.498	4.911
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.404)	(678)	(1.626)	(703)
Juros sobre <i>Bonds</i>	-	-	(81)	(1.287)
Juros sobre debêntures	-	(203)	-	(203)
Ajuste a valor presente	(2.630)	(1.000)	(15.733)	(1.000)
Ajuste a valor justo	-	-	-	-
Juros de contratos de mútuo	(185)	(224)	-	-
Juros sobre fornecedores	(858)	5	(875)	(17)
Multas e juros sobre impostos	(362)	(37)	(630)	(222)
Despesas bancárias, IOF e outras despesas	(410)	(1.690)	(675)	(2.548)
Total das despesas financeiras	(5.849)	(3.827)	(19.620)	(5.980)
Variação cambial ativa	32.014	3.055	33.171	12.137
Variação cambial passiva	(2.541)	(19.201)	-	(29.380)
Variação cambial líquida	29.473	(16.146)	33.171	(17.243)

24 Outras receitas e (despesas) operacionais

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Outras receitas operacionais				
Reversão de estimativa com processos judiciais	11	5.808	1.391	9.086
Ganho na alienação de ativo imobilizado	-	-	479	-
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	1.738	963
Outros	262	62	2.381	631
Total de outras receitas operacionais	273	5.870	5.989	10.680
Outras despesas operacionais				
Estimativas para perdas com processos judiciais	(481)	(1.182)	(1.985)	(4.697)
Perda na alienação de ativo imobilizado	-	-	(831)	(1.993)
Despesa de ociosidade de produção	(2.953)	(2.804)	(2.971)	(3.070)
Perdas de capital sobre investimento	-	(17.197)	-	(18.862)
Outros	(529)	(657)	(2.672)	(1.152)
Total de outras despesas operacionais	(3.963)	(21.840)	(8.459)	(29.774)
Outras despesas operacionais líquidas	(3.690)	(15.970)	(2.470)	(19.094)

25 (Despesas) por natureza

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custo dos produtos vendidos	(20.287)	(12.596)	(23.360)	(14.259)
Matéria-prima, materiais de uso e consumo, mão de obra e serviços de terceiros	(19.669)	(11.849)	(22.464)	(13.224)
Depreciação e amortização	(840)	(887)	(937)	(1.044)
Outros	222	140	41	9
Despesas com vendas	(2.365)	(1.736)	(2.486)	(1.842)
Mão de obra e serviços de terceiros	(1.501)	(1.340)	(968)	(906)
Depreciação e amortização	(4)	(5)	(4)	(6)
Demais despesas comerciais	(860)	(391)	(1.514)	(930)
Despesas gerais e administrativas	(3.499)	(5.855)	(5.523)	(5.830)
Mão de obra e serviços de terceiros	(2.505)	(2.140)	(4.043)	(4.118)
Depreciação e amortização	(227)	(244)	(365)	(249)
Demais despesas administrativas	(767)	(3.471)	(1.115)	(1.463)
Remuneração dos administradores	(872)	2.240	(872)	(1.639)

26 Informações por segmento de negócio e região geográfica

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração e considera que o mercado de atuação está segmentado na linha de **Produtos**, mesma composição apresentada na nota explicativa nº 1.

A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (**segmento Serviços**), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

As informações por região geográfica estão demonstradas abaixo:

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receita Líquida de vendas	30.114	19.081	-	-	30.114	19.081
Custo dos produtos vendidos	(23.360)	(14.259)	-	-	(23.360)	(14.259)
Lucro (Prejuízo) Bruto	6.754	4.822	-	-	6.754	4.822
Despesas de vendas	(2.486)	(1.842)	-	-	(2.486)	(1.842)
Despesas administrativas	(5.523)	(5.830)	-	-	(5.523)	(5.830)
Remuneração dos administradores	(872)	(1.639)	-	-	(872)	(1.639)
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	1.738	-	-	-	1.738	-
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.208)	(19.094)	-	-	(4.208)	(19.094)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(4.596)	(23.583)	-	-	(4.596)	(23.583)

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos identificáveis	366.832	357.495	-	-	366.832	357.495
Passivos identificáveis	168.046	157.233	33.865	33.522	201.911	190.755

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Depreciação e amortização	(2.022)	(1.298)	-	-	(2.022)	(1.298)
Aquisição de imobilizado	693	1	-	-	693	1

27 Ativos classificados como mantidos para venda

A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda no ativo circulante, que compreendem principalmente os imobilizados do segmento de serviços, no qual não estão em operação e estão em processo de negociação para venda.

No contexto das ações de reestruturação das operações da Companhia, a Administração tem conduzido ações e negociações que poderão resultar na alienação de determinados ativos. A alienação de tais ativos somente será considerada altamente provável à medida que haja um entendimento prévio entre as partes e, principalmente, haja autorização judicial para a concretização do negócio, uma vez que tal autorização é requisito essencial no processo de recuperação judicial.

Em 31 de março de 2022 o saldo de ativos mantidos para venda é demonstrado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos classificados como mantidos para venda - Circulante				
Máquinas e equipamentos	3.236	3.236	38.392	43.517
Ferramentas industriais	-	-	2.005	2.329
Móveis e utensílios	-	-	3	3
Equipamentos para processamento de dados	-	-	111	111
Veículos	-	-	2	2
Total	3.236	3.236	40.513	45.962

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos classificados como mantidos para venda - Não Circulante				
Total	-	-	-	-

Síntese de movimentação dos ativos mantidos para venda:

Controladora								
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Ferramentas Industriais	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	3.236	-	-	-	-	3.236
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	-	-	3.236	-	-	-	-	3.236

Consolidado								
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamentos	Ferramentas Industriais	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	43.517	2.329	3	111	2	45.962
Baixas	-	-	(5)	(324)	-	-	-	(329)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	343	-	-	-	-	343
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(5.463)	-	-	-	-	(5.463)
Saldo em 31 de março de 2022	-	-	38.392	2.005	3	111	2	40.513

28 Eventos subsequentes

Desenvolvimento de novos produtos

Com a prolongada crise por que passou o setor de óleo e gás, a Lupatech se empenhou em promover o desenvolvimento de uma nova gama de produtos, que aproveitassem da expertise e da base industrial das unidades fabris da Companhia localizadas no Rio Grande do Sul, nas cidades de São Leopoldo e Feliz.

Em 14 de abril de 2022, conforme Fato Relevante divulgado, como parte estratégica, a Companhia vem desenvolvendo novos produtos baseados em outras fibras sintéticas e voltadas para outros espectros de aplicação, como uso naval e a movimentação de cargas. Nesta data, informou ter concretizado a inicialização da comercialização de cabos de fibras de HMPE (“*High Modulus Polyethylene*” ou Polietileno de Alto Módulo”) fabricados pela Lupatech Ropes localizada em São Leopoldo – RS.

Por sua vez, a unidade fabril da Companhia localizada em Feliz-RS que dedicou-se historicamente à fabricação de camisas tubulares em resina reforçada com fibra de vidro para o revestimento de tubos de produção de petróleo, promoveu o desenvolvimento de uma nova gama de produtos – postes construídos em resina de poliéster reforçada com fibras de vidro – bem como as adaptações fabris necessárias para a sua produção em escala comercial. Conforme Fato Relevante de 28 de abril de 2022, os esforços empreendidos têm frutificado, de forma que nesta data, a Lupatech informou ter firmado contrato relativo à licitação que se sagrou vencedora, junto à Celesc Distribuição S.A., para o fornecimento de 426 postes, perfazendo o valor global de R\$ 1.672.299,00.

Procedimento arbitral movido contra Cordoaria São Leopoldo S.A

Conforme Fato Relevante de 17 de maio de 2022, embora a sentença arbitral tenha transitado em julgado, não foi cumprida pela Cordoaria São Leopoldo e o seu controlador, o que obrigou a Lupatech ingressar com a execução de título judicial. No bojo da referida execução, o MM. Juízo da 2ª Cara Cível de Porto Alegre deferiu o pedido de penhora de créditos, oriundos dos contratos que a Cordoaria São Leopoldo Original Ltda. (sucessora da Cordoaria São Leopoldo Ltda.) tem com a Petrobrás, até o limite de R\$ 33.554, valor este que representa o crédito atualizado da Companhia. De acordo com o Portal da Transparência, os contratos em vigor firmados pela Cordoaria São Leopoldo Original Ltda. com a Petrobrás superam R\$ 60 milhões. A decisão é passível de recurso pelos executados.

Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais

Período	Projetado para o exercício social de 2022	Realizado no 1º Trimestre de 2022
	Receita líquida - em R\$ milhões	Receita líquida - em R\$ milhões
2022	150 a 200	30

O início de 2022 foi marcado pelos eventos relacionado ao surto da variante Covid Omicron e da guerra na Ucrânia. Mas apesar desse ambiente extremamente volátil, nossos mercados de atuação continuaram em forte retomada. A companhia conseguiu performar vendas razoavelmente dentro do planejado, mas poderia haver sido bem melhor, não fossem os atrasos derivados do ambiente conturbado. No primeiro trimestre de 2022 a Companhia obteve R\$ 30 milhões de receita líquida consolidada.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais- ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, em 31 de março de 2022, a Companhia possuía registrado nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, ativos mantidos para venda nos montantes de R\$ 3.236 mil e R\$ 40.513 mil, respectivamente. Na data das demonstrações contábeis comparativas referentes a 31 de dezembro de 2021, bem como na data destas informações contábeis intermediárias, a Companhia não havia concluído a elaboração do laudo de avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda. Conseqüentemente, não nos foi possível por meio de procedimentos alternativos obter evidências apropriadas e suficientes para concluirmos quanto aos efeitos dos possíveis ajustes nos ativos mantidos para venda, patrimônio líquido e resultado do período de 3 meses findo em 31 de março de 2022.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia, referentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2022, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a Companhia considerando o curso normal de suas operações e continuidade operacional, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia e suas controladas, até 31 de dezembro de 2021, geraram sucessivos prejuízos, de forma que em 31 de março de 2022, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.081.827 mil. Além disso, a Companhia não tem gerado fluxos de caixa operacionais positivos em montantes suficientes para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia e suas controladas terem ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza relevante relacionada a sua continuidade operacional que pode levantar dúvidas quanto à sua capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando normalmente. No período de 3 meses findo em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram lucro líquido do período no montante de R\$ 14.916 mil. No entanto, reversão dos prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.081.827 mil, divulgado em 31 de março de 2022, e a retomada da capacidade da Companhia para a geração de fluxos de caixa operacionais positivos, e conseqüentemente, recuperação da capacidade da Companhia liquidar suas obrigações no curso normal dos negócios e a capacidade de realização dos seus ativos, dependem do sucesso do plano de monetização de créditos e outros ativos, bem como, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem retomada de atividades e processos de licitações, assim como o cumprimento do plano de recuperação judicial, descritos na nota explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfases

Recuperação judicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias, em 8 de novembro de 2016, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu novo plano de recuperação judicial aprovado pela Assembléia Geral de Credores, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sem quaisquer ressalvas, em 1 de dezembro de 2016. Em 15 de abril de 2020, o juízo da 1ª vara falências e recuperações judiciais de São Paulo concedeu à Companhia a possibilidade de ofertar aos credores um aditivo ao plano de recuperação judicial homologado. Em 28 de agosto de 2020 ocorreu a assembleia para apreciação e aprovação do aditivo pelos credores. Após a aprovação, a proposta de aditamento do Plano de Recuperação Judicial foi submetida à homologação judicial e, subseqüentemente homologada judicialmente em 26 de novembro de 2020. A continuidade normal das operações da Companhia e suas controladas depende do cumprimento do plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante na adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Conforme nota explicativa nº 16, durante o exercício de 2018 a Companhia promoveu a adesão de diversas sociedades controladas e investidas ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº. 783/2017 e pela Lei nº. 13.496/2017. A Companhia, por meio dessa ação, reorganizou o montante de R\$123.000 mil de seu passivo relacionado a contingências e obrigações fiscais, o qual veio acompanhado de descontos em juros, multas e encargos num total de R\$48.000 mil. Devido a questões operacionais nos processos de adesão e processamento das informações pela Receita Federal do Brasil, até a data de emissão do nosso relatório, parte significativa (73%) dos passivos aderidos não foram consolidados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, tomou tempestivamente as medidas administrativas e legais preventivas indicadas para assegurar o direito ao processamento da adesão, considerada como provável pelos consultores jurídicos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A., referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 14 de maio de 2021, sem modificação.

Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de março de 2022, contendo modificação referente a ausência de laudo de avaliação do valor justo dos ativos mantidos para venda.

São Paulo - SP, 27 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC SP 013846/O-1

Christian Sfreddo
Contador CRC 1 RS 066028/O-0 – S - SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o Formulário de Informações Trimestrais da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

Nova Odessa, 27 de maio de 2022.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o Formulário de Informações Trimestrais da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

Nova Odessa, 27 de maio de 2022.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente

Paulo Prado da Silva - Diretor sem designação específica